



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pozo, José del

História da América Latina e do Caribe :
Dos processos de independência aos dias
atuais / José del Pozo ; tradução de Ricardo
Rosenbusch. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

Título original : Historia de América Latina y
del Caribe

Bibliografia

ISBN 978-85-326-3922-6

1. América Latina – História 2. Caribe –
História I. Título.

09-08897

CDD-980

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina : História 980
2. Caribe : História 980

José del Pozo

História da América Latina e do Caribe

Dos processos de independência aos dias atuais

Tradução de Ricardo Rosenbusch

Edição atualizada, 2008

 EDITORA
VOZES
Petrópolis

Impactos sobre atividades de docência e pe

As atividades que realizei complementaram minha

permitindo atualização importante nas áreas em que desenvolvi

docente e pesquisadora, além de ampliar minha rede de conta

qualidade e produtividade de minha pesquisa acadêmica.

Os principais impactos do intercâmbio e estudos associados

Universidade Carlos III são:

Em termos de docência, principalmente em nível de pós

revisei a bibliografia básica do curso de Economia III (E

Temporais), ministrado por mim e pelo Professor Sérgio Kann

Economia Aplicada da FEA-RP/USP. Além disso, implemento r

em que sou responsável integral pela disciplina, a adequação dos

curso em termos de profundidade teórica e introduzi, como ins

apresentação de seminários pelos alunos de textos científicos de r

para o desenvolvimento da área, utilizando como ponto de partida

no curso de Macroeconomia do Professor Dolado. A orien

desenvolvo atualmente também recebe influência direta da min

aspectos do tema de pesquisa foi tema do curso de macroeconomo

oportunidade de discutir as alternativas metodológicas do traba

disciplina.

Em termos de Pesquisa, meus trabalhos recentemente fina

estão qualitativamente melhores, em termos de fundamentação te

prática econômica, dentre eles destaco "Cointegração e causa

macroeconômicos e Índice Bovespa" (Co-autoria: Mário Bert

apresentado em seminário do Departamento de Economia da FE

publicação *Qualis B2*.

Em vias de conclusão, encontra-se também um traba

interligações entre mais de vinte mercados acionários de

emergentes, intitulado "Interligação entre Mercados Acionári

arbitragem?". Este trabalho beneficiou-se não só da minha a

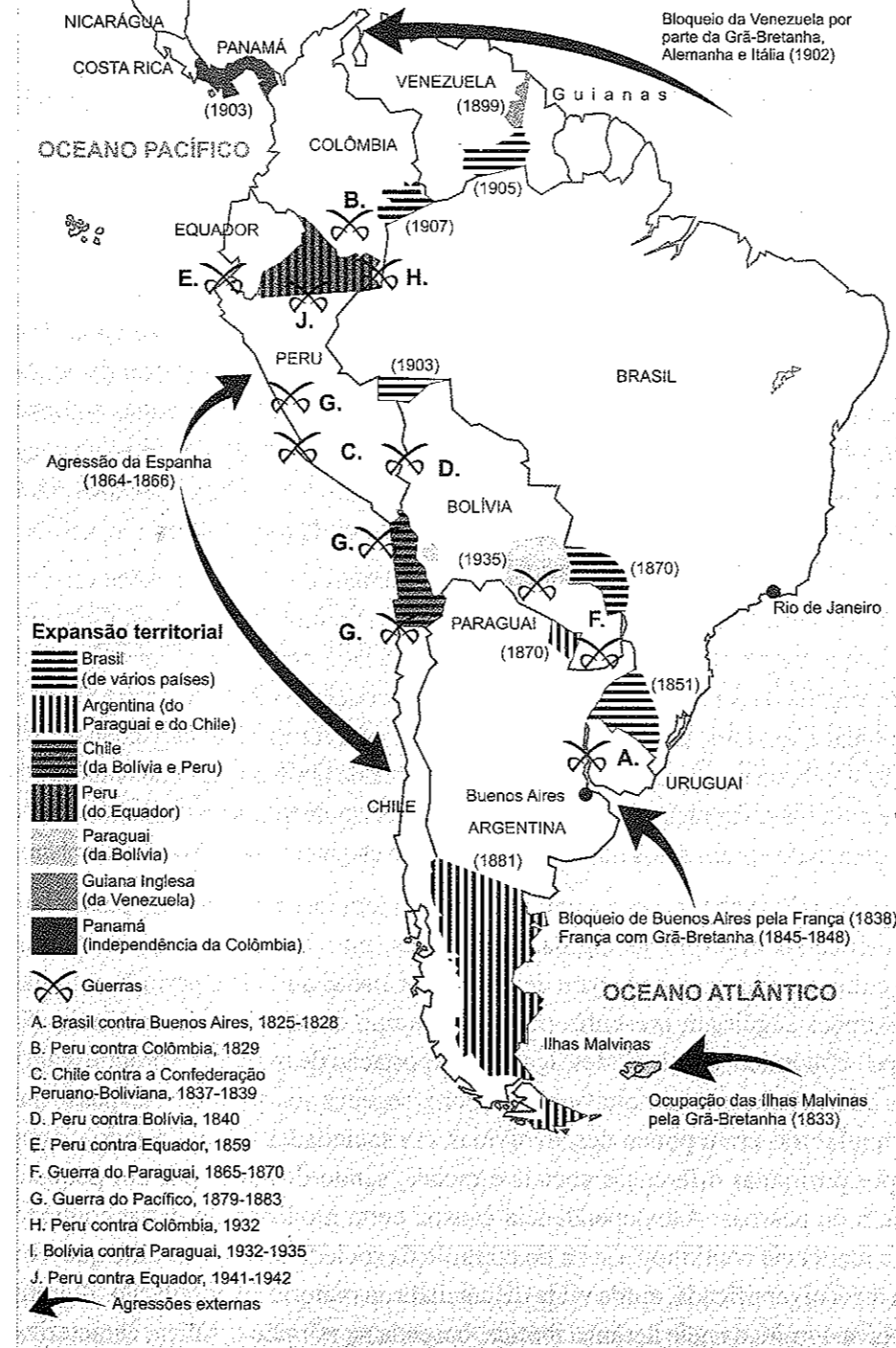
A época oligárquica, 1825-1889

Após a batalha de Ayacucho, na qual os exércitos patriotas venceram as forças realistas em dezembro de 1824, o destino da América Latina ficou decidido. Exceto em alguns lugares onde a resistência continuou, todas as antigas colônias espanholas garantiram a independência que tinham alcançado nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o Brasil. Completava-se assim o ciclo iniciado pelo Haiti e prosseguido depois no México, na América Central e na do Sul.

A partir desse momento, os novos países tinham de tomar decisões cruciais para a orientação de sua existência futura. Em nível político, era necessário adotar um sistema de governo e isto implicava dar resposta a muitas perguntas: Que tipo de governo devia ser adotado? Como distribuir o poder – concentrando-o na capital ou compartilhando-o com as províncias? Quem devia ser considerado cidadão? No âmbito social, como organizar uma sociedade formada por pessoas de distinta cor de pele e culturas diferentes? No econômico, era preciso decidir se os contatos com o resto do mundo seriam feitos num contexto de livre-câmbio ou de certo protecionismo.

As decisões sobre esses assuntos não foram tomadas no vazio. Os países latino-americanos eram novas entidades políticas, mas herdavam uma economia, uma cultura e uma sociedade bem definidas, formadas durante o período colonial, cujos traços seguiriam presentes por muito tempo depois da independência. No campo econômico, as atividades ligadas à exportação de minerais e produtos agrícolas eram as que proporcionavam as maiores receitas aos governos, ao passo que as manufaturas eram pouco desenvolvidas. As sociedades tinham estado marcadas por profundas diferenças sociais e raciais, sendo dirigidas por um pequeno número de pessoas. A independência causou certa modificação desse contexto, mas a tendência continuou a ser a do controle da sociedade por uma elite que, embora mais diversificada, ainda vivia distanciada da maioria da população. A cultura estava dominada pela herança ibérica, baseada na religião católica, caracteriza-

Mapa 1 Conflitos e expansões territoriais: América do Sul, 1825-1941



da pela intolerância para com as demais crenças e pelo escasso desenvolvimento da educação. De todos esses traços, o que nos parece mais importante para a caracterização da época posterior à independência é a existência de uma sociedade fortemente elitista, sendo esta a perspectiva que norteará a análise da época descrita no presente capítulo.

2.1 O contexto internacional

1 Os novos estados e os restos dos impérios – O mapa da América em 1825

Após as lutas militares e os transtornos políticos das duas primeiras décadas do século XIX, a maior parte do império colonial espanhol e português na América deixara de existir. Só Cuba e Porto Rico continuavam sob o controle de Madri. Das colônias de outros países, porém, o Haiti era a única que se emancipara, separando-se da França; as demais possessões francesas, inglesas e holandesas continuariam por longo tempo ligadas às metrópoles europeias, algumas delas até hoje. Quase todas essas colônias estavam localizadas na região do Caribe, sendo as mais conhecidas: Jamaica, Trinidad-Tobago e Barbados entre as inglesas, Martinica e Guadalupe entre as francesas e Curaçao entre as holandesas. Além disso, esses três países compartilharam as Guianas¹, situadas entre a Venezuela e o Brasil. A Dinamarca manteve a posse das Ilhas Virgens (até 1917) e a Suécia a de São Bartolomeu até 1877, quando a cedeu à França.

Dos antigos territórios coloniais surgiram novas estruturas que, em alguns casos, se formaram em continuidade direta com a época de dominação europeia, enquanto em outros casos as mudanças foram importantes. Houve também experiências de união entre dois ou mais países, mas nenhuma delas foi bem-sucedida.

O caso mais patente de continuidade com o passado foi o do Brasil. O processo foi facilitado pelo fato de se tratar de uma emancipação que envolveu menos ações de armas do que na América espanhola, deixando para as novas autoridades o mesmo território que antes pertencera a Portugal.

1. Na Época Colonial, as Guianas foram colonizadas principalmente pela Holanda e pela França. A presença inglesa nessa região deu-se tardiamente, no século XVIII, e a Inglaterra ficou com o que hoje é a Guiana durante as guerras napoleônicas, quando tomou da Holanda dois de seus territórios localizados nessa parte da América do Sul, que se unificaram em 1831.

O México manteve no início o território herdado do período colonial, quando era conhecido como Vice-reinado da Nova Espanha. A capitania geral da Guatemala, que estava subordinada ao México, passou a ser um único e novo país – a Federação Centro-americana – mediante um processo pacífico, separando-se do México quando este proclamou sua independência, em 1822. Mas esta entidade haveria de ter vida curta, desmembrando-se no fim da década de 1830 para dar origem a cinco países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica². Os quatro últimos países formaram-se com base no território que tinham recebido quando da criação das intendências, no final do século XVIII.

Na América do Sul, os três vice-reinados do período colonial desintegraram-se. O caso mais evidente foi o do vice-reinado do Rio da Prata, dominado por Buenos Aires, do qual surgiram quatro países. Um deles foi o Paraguai, que manteve o mesmo território que correspondia à intendência desse nome antes da independência. Os outros três adotaram nomes completamente novos. O de maior área chamou-se por alguns anos Confederação do Rio da Prata, antes de se transformar na Argentina. Os outros dois estados foram a Bolívia – nome atribuído ao território antes conhecido como Alto Peru e que abrangia a antiga audiência de Charcas – e o Uruguai, denominação adotada pelo antigo território da Banda Oriental (a Leste do Rio Paraná). Em ambos os casos, fatores externos influenciaram o nascimento do país: no primeiro pela intervenção de Sucre, que em 1825 veio para completar a libertação da região e acolheu a solicitação da elite local, que não queria ser dominada por Lima nem por Buenos Aires. Isto foi avalizado por Bolívar, razão do nome que foi dado ao país. No caso do Uruguai, os fatos ocorreram por força das circunstâncias, por ter nascido como estado-tampão, produto da rivalidade entre o Brasil e Buenos Aires, que tinham feito a guerra entre 1825 e 1828 pelo domínio desse território, sem que desse confronto tivesse saído um vencedor. Influuiu neste desfecho a mediação da diplomacia inglesa, interessada no restabelecimento da paz na região, em benefício do comércio.

No Norte da América do Sul, o vice-reinado da Nova Granada também se desintegrou, mas não sem ter tentado manter a unidade nos primeiros anos depois da independência. O território passara a se chamar Grande Colômbia e abrangia o que hoje é a Colômbia (com o Panamá naquela época), a Venezuela e o Equador. A unidade se quebrou em 1830, dando lugar aos três países mencionados.

Finalmente, o vice-reinado do Peru deu origem a dois países, o Chile e o Peru. O primeiro herdou integralmente o território que ocupava na sua condição de Capi-

2. O Panamá continuou a ser uma província da Colômbia por todo o século XIX.

tania Geral. O segundo formou uma confederação com a Bolívia em 1836, mas essa união durou apenas três anos, desaparecendo após a intervenção militar do Chile.

No Caribe, apenas dois novos estados nacionais surgiram nessa época, em condições bem diferentes. O primeiro deles foi o Haiti, que se desenvolveu a partir do que era a antiga colônia francesa de Santo Domingo, na parte oriental da ilha chamada Espanhola desde os tempos de Colombo. Haiti foi o nome adotado por seus habitantes ao declararem a independência da França em 1804, transformando-se assim no segundo país independente do hemisfério, depois dos Estados Unidos. Diferentemente, a vizinha República Dominicana teve um nascimento muito mais tardio e difícil: em 1821 houve uma primeira proclamação de independência, mas quase de imediato o novo estado foi dominado pelo Haiti, que o ocupou até 1844. Somente nesse ano o país recuperou a sua independência, que foi frágil, já que entre 1861 e 1864 voltou a ficar sob domínio estrangeiro, dessa vez da Espanha.

Portanto, o traço mais visível da nova situação política após a independência era a balcanização do espaço colonial: das cinco grandes entidades anteriores a 1810 (o Brasil e os quatro vice-reinados da América Espanhola) tinham surgido dezesseis países independentes, mais o Haiti. A experiência da América do Norte, onde as diversas colônias europeias formaram apenas dois países, primeiro os Estados Unidos e depois o Canadá, não pôde ser repetida.

2 *As relações entre os países latino-americanos*

Em que pese o processo que acabamos de descrever, havia a esperança de que os novos estados agissem de maneira unitária, seguindo as linhas indicadas por Bolívar. Para esse fim foi convocado o Congresso do Panamá, em 1826, com o propósito de estabelecer as bases de uma cooperação entre os países recentemente emancipados. No entanto, a conferência foi um fracasso, resultando em bem poucos acordos. Isto decorreu principalmente da decisão de vários países de agirem em função de seus incipientes interesses nacionais – estados como Brasil, Chile e La Plata (Argentina) não compareceram, por entenderem que o congresso não correspondia a seus objetivos³. O Haiti não foi convidado por ser uma república governada por negros. Logo, só o México, a América Central, o Peru e a Grande

3. É interessante salientar que os Estados Unidos também tinham sido convidados para participar do congresso. Seu governo hesitou antes de aceitar, receando ser envolvido no projeto de Bolívar de libertar Cuba e Porto Rico (que nunca se concretizou). Finalmente o governo norte-americano enviou uma delegação, que chegou quando o congresso já tinha sido encerrado. A Inglaterra e a Holanda estiveram presentes como observadores.

Colômbia estiveram presentes. Duas conferências internacionais foram realizadas posteriormente, ambas em Lima, a primeira em 1848 e a segunda em 1864-1865. As duas foram motivadas pelo temor a um ataque espanhol, em especial a segunda. Porém, poucos países compareceram às reuniões e não se chegou a nenhum acordo concreto.

Entretanto, não faltaram situações de guerra entre os estados latino-americanos desde o momento da independência, começando com a invasão pelo Haiti da parte espanhola da ilha, a futura República Dominicana, em 1822, a pretexto de defender a sua independência contra um possível ataque externo. O Haiti ocupou essa região até 1844. Já mencionamos que Buenos Aires e o Brasil entraram em guerra entre 1825 e 1828 pela posse da província oriental, que depois se transformaria no Uruguai.

Posteriormente, as guerras foram manifestações de receios e rivalidades regionais. Houve dois conflitos armados entre os estados membros da Federação Centro-americana, um em 1826-1829 e outro em 1838-1840; este último significou o fim dessa organização. Nas décadas seguintes, embora tenha havido tentativas de fazê-la reviver na forma de uma confederação, isto nunca chegou a ser concretizado devido à desconfiança entre os estados vizinhos, que provocou vários conflitos armados, como as três guerras entre a Guatemala e El Salvador, em 1863, 1876 e 1885. Na América do Sul, o Chile lançou um ataque contra a Confederação Peruano-boliviana em 1837, alegando sentir-se ameaçado pela união dos dois países. Quarenta anos depois, em 1879, o mesmo conflito voltou à tona na Guerra do Pacífico, desta vez por razões econômicas, pois estava em disputa a posse das riquezas mineiras, sobretudo o salitre. Em ambas as ocasiões o Chile foi vencedor, mas com diferentes consequências. A primeira guerra não acarretou mudanças territoriais; na segunda, o Chile ficou com a região de Antofagasta – deixando a Bolívia sem a sua saída para o mar – e com a província peruana de Tarapacá. Na Guerra da Tripla Aliança, o Brasil, a Argentina e o Uruguai derrotaram o Paraguai, que também sofreu perdas territoriais, mas acima de tudo uma terrível mortandade na sua população. Este conflito desenrolou-se entre 1865 e 1870 e foi ocasionado por um erro de cálculo da política do Paraguai, que atacou o vizinho Uruguai para prevenir uma possível invasão brasileira; para tanto, as forças paraguaias atravessaram território argentino, o que ensejou a participação deste país na guerra. Outras guerras de menor alcance foram a do Peru contra a Bolívia, em 1841, o ataque do Peru ao Equador, em 1859, e o conflito entre este último país e a Colômbia, em 1863.

Esta situação representava uma enorme mudança em relação aos anos da luta pela independência, quando os patriotas se identificavam como “americanos”, sem mencionar especificamente o país de cada um. As ações militares em comum, a ajuda oferecida por San Martín para a libertação do Chile, a esquadra organizada por este país e a Argentina para libertar o Peru, as ações de Bolívar em vários países não tinham permitido a formação de uma verdadeira consciência continental. Desde o início, cada novo estado agiu conforme seus próprios interesses. A falta de vínculos econômicos importantes foi mais um fator de desunião.

3 As relações com o resto do mundo

Os novos países entraram rapidamente para o cenário mundial ao serem reconhecidos primeiro pelos Estados Unidos e quase de imediato pela Inglaterra, a partir de 1822. As duas nações tinham estado interessadas na independência da América Latina, mas seu apoio havia sido apenas indireto. Diante do fato consumado, tratava-se de entabular relações formais, em parte por razões econômicas: desde antes do fim das guerras de independência, a atividade comercial inglesa nos principais portos latino-americanos e brasileiros era intensa. Ingleses e norte-americanos coincidiam também no desejo de impedir toda tentativa da Espanha de recuperar suas colônias pela força. Isto motivou a declaração do Presidente Monroe, em dezembro de 1823, proclamando a rejeição do governo de Washington a toda intervenção extracontinental na América, embora sem pôr em dúvida a sobrevivência das colônias não emancipadas, nem se propor a realizar ações comuns com os novos países⁴.

Depois da iniciativa de Londres e Washington, as demais nações europeias começaram a reconhecer os novos países. Esse processo levou mais tempo no caso das antigas metrópoles. Portugal aceitou depois de alguns anos a independência do Brasil, mas a Espanha relutou muito tempo em fazer o mesmo quanto às suas ex-colônias. O México foi o primeiro país reconhecido por Madri, em 1835, mas o reconhecimento dos outros se deu em ritmo muito lento, como nos casos da Argentina, em 1858, do Peru em 1865 e da Colômbia em 1881. Atitude similar, mas nem tão rígida, foi a do papado que, na época, agia como uma potência inter-

4. Esta declaração tem sido erroneamente chamada de “Doutrina Monroe”, como se fosse uma política definida pelos Estados Unidos visando ao domínio continental. Na época, tal pretensão era impraticável. A verdadeira hegemonia era da Inglaterra, país que aprovou implicitamente a declaração de Monroe e que barrou os projetos espanhóis de reconquistar a América.

nacional e dispunha de um território próprio na Itália. O papa desconfiava dos novos governos, uma vez que durante as lutas da independência vários bispos e membros do alto clero tinham sido expulsos da América por serem contrários à emancipação (ao passo que muitos padres do baixo clero a apoiaram). Por essa razão e por simpatizar com o rei espanhol, Fernando VII, o papa demorou em conceder o seu reconhecimento diplomático. A morte de Fernando VII facilitou as coisas: em 1835, Roma entabulou relações com a Colômbia e depois com outros países, como México, Equador e Chile.

O Haiti foi um caso especial: a França reconheceu sua independência em 1825, mas a troco do pagamento de uma elevada quantia de dinheiro como compensação para os colonos franceses que tinham perdido suas propriedades. Os Estados Unidos só estabeleceram relações com a república negra em 1862, porque até então os estados do Sul se recusavam a fazê-lo.

Ainda que o reconhecimento por parte das grandes potências tenha sido importante, uma vez que consolidou a independência, alguns dos novos países foram vítimas de agressões dos países mais fortes, sendo este um dos fatores de instabilidade que caracterizaram esta época, como veremos depois.

Essa situação afetou em especial a região do México e da América Central. Os Estados Unidos foram os primeiros a atropelar a soberania de seus vizinhos, ao declararem guerra ao México em 1846 e apossar-se do imenso território que incluía os estados da Califórnia, do Arizona e do Novo México; antes disso já se tinham apossado do Texas, embora não de forma direta⁵. A França ocupou o porto mexicano de Veracruz em 1838, a pretexto de cobrar dinheiro devido a um pastelero francês, razão pela qual o episódio ficou conhecido como a “Guerra dos Pastéis”. No fim de 1861, a França novamente enviou tropas ao México, mais uma vez por uma questão de dívidas. Dessa vez os resultados foram mais graves, pois a força francesa permaneceu ocupando o México e, com a colaboração dos políticos conservadores do país, impôs o austríaco Maximiliano no governo, com o título de imperador, situação que continuou até 1867.

A Espanha enviou em 1864 uma frota armada ao Peru e ocupou as Ilhas Chincha, a pretexto de punir os peruanos pelos maus-tratos sofridos por dois imigrantes espanhóis nesse país. No fundo, aquilo era uma tentativa de recuperar parte

5. O Texas tornou-se independente do México em 1836, pela ação dos muitos emigrantes vindos dos Estados Unidos e radicados nesse território; por nove anos o Texas foi um país independente, até ser anexado aos Estados Unidos em 1845.

das suas colônias, as quais não reconhecera como países independentes. O conflito alastrou-se para o Chile, que formou uma aliança com o Peru, a Bolívia e o Equador para enfrentar essa ameaça. Depois de uma série de fúteis ataques ao litoral, entre os quais um bombardeio do porto chileno de Valparaíso – que estava indefeso – e um combate no Porto do Callao, o principal do Peru, a esquadra espanhola partiu sem ter conseguido resultado algum.

Cuba foi palco de uma outra dimensão de luta política provocada por fatores externos: os movimentos de independência contra a Espanha, que ainda controlava a ilha. Depois de vários episódios falhos, entre 1868 e 1878 houve uma guerra que começou na região leste, conhecida como o Oriente, envolvendo milhares de pessoas. Sob o comando de Manuel de Céspedes, os rebeldes – que se autodenominavam *mamises* – tiveram os espanhóis em xeque durante anos. Seu movimento não triunfou, mas eles obtiveram concessões da Espanha, tais como uma maior autonomia administrativa e a abolição definitiva da escravidão, em 1886. Também em 1868, Porto Rico lançou uma tentativa de libertação, o “Grito de Lares”, que não teve maiores resultados.

Além desses episódios, houve outros que representaram agressões indiretas, como as expedições aventureiras de William Walker na Nicarágua (em 1855) e de Narciso López em Cuba (em 1851) que foram apoiadas por grupos do Sul dos Estados Unidos, interessados em estender a escravidão a outros territórios. Esses incidentes denotam a fragilidade dos estados latino-americanos na época. A falta de unidade entre os novos países deixava-os inermes diante dos ataques originados na Europa ou nos Estados Unidos. Esses fatos só não tiveram consequências mais graves porque o objetivo da Inglaterra, a principal potência naqueles anos, não era fazer conquistas territoriais, mas dominar o comércio. Além disso, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, cujas ambições às vezes coincidiam, agiram anulando-se mutuamente. Por exemplo, na América Central, onde os dois países planejavam construir um canal através do istmo, na Nicarágua. Em 1850 decidiram assinar um tratado (conhecido pelo nome de Bulwer-Clayton) que estipulava que nenhum dos dois iniciaria esse empreendimento sem a concordância do outro, condição que de certa forma serviu para proteger a soberania da Nicarágua pelo resto do século.

O único lugar ocupado pelos ingleses foram as ilhas Malvinas, em 1833. Além disso, a Grã-Bretanha efetuou apenas uma ação militar, juntamente com a França, quando os dois países bloquearam o porto de Buenos Aires para obrigar o governo de Rosas a abrir o estuário do Prata ao comércio internacional, em 1838 e 1845. Na América Central, Belize foi declarada colônia britânica em 1862, mas

este ato não fez mais do que oficializar uma ocupação que começara no século XVII, com o fim de controlar o comércio de madeiras. A Inglaterra manteve seu protetorado na região atlântica da Nicarágua, povoada pelos índios *miskitos*, em uma espécie de colônia informal que havia começado no século XVIII.

Apesar das situações de conflito aqui descritas, não se deve imaginar que a América Latina se transformara em campo de batalha das potências mundiais. As agressões e os ataques foram pontuais e sem consequências territoriais permanentes, salvo no caso do México e da Argentina. Na maior parte do tempo, os novos estados estabeleceram e desenvolveram relações normais com os diversos países da Europa, da Ásia e da América do Norte, criando laços diplomáticos, comerciais e culturais, atraindo também imigrantes de diversos lugares do mundo.

2.2 Uma sociedade ainda dividida etnicamente

1 População e territórios

Os estados latino-americanos tinham uma população e um espaço territorial que nem sempre correspondem exatamente à realidade atual. O México e o Brasil eram, como hoje, os países mais populosos da região, ao passo que a Argentina do início da vida independente estava longe de ter o peso demográfico que apresenta atualmente, pois sua população era menor que a do Chile e a da Bolívia. O Haiti é um exemplo do caso contrário, já que naqueles anos tinha população superior à da sua vizinha, a República Dominicana, o que mudou mais tarde, como se observa no quadro 3.

As guerras da independência tinham tido efeitos significativos na demografia. Em países como a Venezuela e o México, onde os conflitos foram violentos, as perdas em vidas humanas tinham sido consideráveis. Na Venezuela a população diminuiu, passando de 800.000 para 650.000 entre 1810 e 1825. Com o êxodo dos espanhóis, a população da República Dominicana caiu quase para a metade depois da invasão haitiana. Algumas cidades passaram por processo semelhante, como Lima, que tinha 64.000 habitantes em 1820 e apenas 55.000 em 1839. Posteriormente, conflitos como os da época da Reforma no México e guerras prolongadas como a da Tripla Aliança acarretariam consequências graves, como no Paraguai, país que perdeu nesse conflito mais da metade da sua população, sobretudo a masculina.

Quadro 3 População por países, 1850, 1930 e 2000
(Em milhões de habitantes em cada ano selecionado)

País	1850		1930		2000	
	População	% do total da A. Latina	População	% do total da A. Latina	População	% do total da A. Latina
Argentina	1,1	3,5	11,8	11,1	37,0	7,01
Barbados	0,1	0,3	0,15	0,1	0,3	0,06
Bolívia	1,4	4,4	2,1	1,9	8,3	1,57
Brasil	7,2	22,85	32,7	31,6	170,4	32,52
Caribe*	0,6	1,9	1,0	0,9	1,8	0,34
Chile	1,3	4,1	4,4	4,1	15,2	2,86
Colômbia	2,2	7,0	7,3	6,9	42,1	7,98
Costa Rica	0,1	0,3	0,5	0,5	4	0,76
Cuba	1,2	3,8	3,8	3,6	11,2	2,12
Equador	0,8	2,4	2,1	1,9	12,6	2,39
El Salvador	0,4	1,2	1,4	1,3	6,2	1,17
Guatemala	0,85	2,5	1,7	1,6	11,4	2,16
Guiana	0,1	0,3	0,3	0,3	0,8	0,15
Haiti	0,9	2,85	2,4	2,3	8,1	1,53
Honduras	0,35	1,1	0,9	0,85	6,4	1,21
Jamaica	0,4	1,3	0,9	0,85	2,5	0,47
México	7,6	24,1	16,5	15,5	98,8	18,71
Nicarágua	0,3	0,9	0,7	0,65	5	0,94
Panamá**	-	-	0,5	0,5	2,8	0,53
Paraguai	0,5	1,5	0,9	0,85	5,5	1,04
Peru	1,9	6,0	5,6	5,3	25,7	4,87
Porto Rico Rep.	0,45	1,2	1,5	1,4	3,9	0,74
Dominicana	0,2	0,7	1,4	1,3	8,4	1,59
Suriname	?	?	0,1	0,1	0,4	0,07
Trinidad-Tobago	?	?	?	?	1,3	0,24
Uruguai	0,1	0,3	1,7	1,6	3,3	0,62
Venezuela	1,5	4,8	2,9	2,7	24,2	4,59
Total	31,6	100%	106,4	100%	527,6	100%

* Inclui os territórios de língua inglesa do Caribe (com exceção dos mencionados separadamente, Barbados, Guiana e Jamaica) mais Belize, bem como os de língua francesa (exceto Haiti). Não há dados para as colônias holandesas em 1850.

** Em 1850, a população panamenha estava incluída na da Colômbia.

Fonte: Para 1850 e 1930, números citados por CHEVALIER, F. *L'Amérique Latine depuis l'indépendance*, p. 117. Para 1990, números em *L'État du Monde*, diversas edições. Para o Caribe não hispanófono, MITCHELL, B.R. *International Historical Statistics - Vol. 2: The Americas, 1750-1988*. Nova York: Stockton, 1990.

Nesta etapa, o crescimento demográfico baseava-se principalmente no incremento interno, uma vez que a imigração ainda não tinha grande peso. Do ponto de vista da composição étnica, havia certas situações que diferem da atual. Em toda parte (exceto no Caribe e no Brasil) a base da população era constituída pelos indígenas, em que pese a importância alcançada pela mestiçagem no período colonial. Até 1830 era também importante a população de origem africana, sendo até majoritária em alguns países, como no Brasil e, sobretudo, nas Antilhas. Em Barbados, em 1834, os escravos negros eram 80,6% da população total; em Guadalupe, 75% e no Suriname, 86,6%. Estas porcentagens foram diminuindo gradualmente ao longo do século, à medida que o tráfico de negros foi proibido e a escravidão, abolida. Os brancos eram uma minoria, embora os diversos planos de imigração tenham começado a dar resultado no fim do período, ao menos em países do Atlântico, especialmente no Sul do Brasil, no Uruguai e na Argentina. O quadro 4 apresenta a distribuição étnica da população no início da vida independente:

Quadro 4 Estrutura étnica da população por regiões, 1825
(Em milhões de pessoas)

Região	Índios	Branco	Mestiços/ mulatos	Negros	Total
México, América Central, Caribe Hispanico	4,5	2,0	2,7	2,0	11,5
Caribe Anglo-francês	?	0,1	?	2,2	2,3
América do Sul Espanhola	3,2	1,4	2,8	0,3	7,7
Brasil	0,4	0,9	0,7	2,0	4,0
Totais	8,1	4,4	6,2	6,5	25,5

Fonte: Para o México, América do Sul e Brasil, números citados por KONETZKE, R. *Süd- und Mittelamerika I - Die Indianerkulturen Altamerikas und die spanisch-portugiesische Kolonialherrschaft*. Frankfurt, 1965, p. 103. Para o Caribe hispânico (inclusive Guiana), dados de KNIGHT, F. *The Caribbean - The Genesis of a Fragmental Nationalism*. Nova York, 1990, p. 366-367.

Esses números são obviamente aproximados, uma vez que provêm de uma época em que as estatísticas não eram muito precisas. O mais provável é que a população indígena tenha sido subestimada, pois os cálculos demográficos não cobriam as regiões não controladas pelas autoridades, nas quais o elemento autóctone predominava.

A população branca foi nutrida pela imigração, vista pela maioria dos governantes como uma alavanca de desenvolvimento. Políticos e intelectuais pensavam que o modelo a seguir era o dos Estados Unidos, cujo progresso decorria, segundo se argumentava, do aporte humano da Europa (leia-se dos países anglo-saxões e germânicos). Isto implicava culpar a Espanha pelo atraso dos novos países, pela falta de educação e pelos costumes, julgados negativos, dos trabalhadores locais. Domingo Faustino Sarmiento, educador e presidente da Argentina, insistiu na necessidade de trazer gente da Europa, afirmando que esta era a solução para povoar um país onde imensas extensões estavam vazias, fato que para ele era uma das causas primordiais da "barbárie" que caracterizava a América espanhola. A despeito dessas intenções, os planos de imigração anteriores a 1880 tiveram resultados muito limitados, devido à falta de informação e à instabilidade política.

As fronteiras e o controle efetivo do território estavam longe de ser definitivos. Em países como Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela, os novos estados controlavam sobretudo as regiões litorâneas, onde se localizavam as principais cidades. No caso do México, da Guatemala, do Peru e de parte da Colômbia, a população concentrava-se no interior. Mas em todos os países havia regiões por vezes importantes que fugiam ao domínio real das autoridades. Por exemplo, a Confederação Argentina, que controlava apenas uma pequena parte da Argentina atual, o território que se estendia do Sul de Buenos Aires até o Chile central e, para o Norte, até a fronteira com o Paraguai, o Uruguai e o Brasil. Toda a região sul e parte da central estavam dominadas por indígenas seminômades, que percorriam o pampa a cavalo. No Brasil, áreas importantes do interior eram ainda pouco conhecidas e o mesmo acontecia com a região norte da Bolívia, na fronteira com o Brasil, no que hoje é o departamento de Beni. Após uma frustrada tentativa de colonização belga nesse território, em 1844, por muito tempo a região permaneceu inacessível, um lugar ermo para onde ocasionalmente eram enviados os desterrados políticos. No Sul do Chile, como já ocorria no período colonial, o território localizado entre Concepción e Valdivia continuava sob o controle dos índios mapuches.

A lentidão das comunicações terrestres antes do aparecimento da estrada de ferro impedia uma melhor integração nacional. Mesmo entre cidades próximas, como Santiago e Valparaíso, a viagem de carroça ou coche levava mais de dois dias completos. De Veracruz à Cidade do México, o percurso levava quatro dias. Situação melhor era a das regiões nas quais se podia contar com transportes fluviais. Na Colômbia, o rio Magdalena era uma importante via de penetração rumo ao interior, especialmente depois do início da navegação a vapor, em 1840. Como em geral os transportes marítimos eram os mais frequentes e seguros, durante todo o século XIX os países do Pacífico estiveram em desvantagem quanto à comunicação com a Europa, pois antes da abertura do canal do Panamá (em 1914) os navios vindos do Velho Continente tinham de percorrer um longo trajeto, passando do oceano Atlântico ao Pacífico pelo cabo de Hornos, seguindo então em direção norte até o Peru, o Equador, a Colômbia ou o México. Essa situação era vantajosa para Valparaíso, o principal porto chileno que, durante boa parte do século XIX, foi centro de armazenamento de mercadorias e ponto de abastecimento para os navios que vinham da Europa, antes de continuarem para o Norte.

2 A sociedade

Na época colonial a sociedade estivera organizada com base em critérios étnicos: os brancos estavam no topo, vindo a seguir os mestiços, depois os indígenas e por último os negros, na sua maioria escravos. A independência trouxe, em princípio, uma mudança importante, uma vez que os habitantes – ao menos os que eram livres – passaram a ser, em teoria, iguais perante a lei. Na prática, o esquema colonial mudou, mas não de maneira fundamental. Os brancos continuaram a ser a classe dominante, especialmente em virtude do controle que exerciam sobre a terra. No entanto, houve maior mobilidade social do que durante a colônia, pois muitos mestiços, aproveitando a conjuntura da guerra, fizeram carreira com sua participação nos exércitos e em alguns casos começaram a compartilhar o poder com os brancos. A nova época também favoreceu os negros que, ao superarem a condição de escravos puderam melhorar sua situação. Mesmo com essas modificações, persistiram as características de uma sociedade baseada na conquista, ainda impregnada de preconceitos e violência nas relações entre os grupos de diferente cor de pele.

a Elites⁶

Os grandes proprietários de terras formaram o núcleo da elite, graças à partida em massa dos comerciantes de origem metropolitana e dos altos funcionários do regime colonial. Seu poderio aumentou de diversas maneiras. Uma delas foi a ampliação do território apto a ser explorado, como aconteceu na Argentina. A partir de 1832, Rosas e depois outros políticos lançaram campanhas militares para conquistar novas terras, até então dominadas pelos índios. Destarte, milhares de hectares foram incorporados à produção, na forma de grandes propriedades (chamadas *estancias* na região do Prata, *haciendas* na maioria dos outros países latino-americanos e fazendas no Brasil) que depois foram vendidas em leilões. Algumas famílias passaram a controlar áreas imensas, como os Anchorena, que possuíam quase três milhões de hectares, e o próprio Rosas, dono de 1,2 milhão de hectares. No Chile, a paulatina ocupação do território araucano, feita mediante pressões militares e às vezes mediante compra em condições duvidosas, foi aumentando a superfície cultivável; o número de propriedades cresceu ainda mais após a conquista final dessa região, com a campanha militar de 1880. No México, a venda de terras antes pertencentes à Igreja também aumentou o poder dos latifundiários.

Embora a agricultura fosse a atividade preponderante, seria simplista imaginar que a classe dominante estava composta apenas de latifundiários ou pensar que estes se dedicavam somente à agricultura. Eram frequentes os casos de pessoas que realizavam várias atividades ao mesmo tempo. No Peru, Domingo Elías fez fortuna primeiro com a produção de pisco e vinho na costa central do país, juntamente com atividades pecuárias. Depois ele começou a plantar algodão, chegando a ser o maior exportador desse produto; explorou minas de ouro e prata e participou do rendoso comércio de exportação de guano. No Chile, José Tomás Urmeneta começou sendo empresário de mineração, explorando importantes jazidas de cobre, foi depois industrial (o primeiro a instalar iluminação a gás em Santiago) e finalmente se dedicou à agricultura, produzindo vinho. No Brasil destacou-se Irineu Evangelista de Sousa, mais conhecido pelo título de Visconde de Mauá, criador de uma fundição de ferro, empresário de navegação no Amazonas, banqueiro, mineiro e produtor agrícola.

6. Quanto à terminologia usada para denominar este setor, bem como os setores médios e "as massas", ver a nota explicativa sobre as classes sociais no fim deste estudo.

A composição social da elite baseou-se em famílias que já eram poderosas ou pelo menos conhecidas antes da independência, como as famílias de latifundiários argentinos Anchorena, Olivares e Martínez de Hoz. Mas junto a elas surgiram novos nomes, a maioria deles de origem local, além de uma minoria de estrangeiros que começavam a inserir-se nas elites, como a família Edwards no Chile. O fundador, um médico inglês, chegou ao país em 1807. Seus descendentes casaram-se com chilenas, fizeram fortuna com a mineração no Norte, dedicaram-se depois às finanças e chegaram a ser uma das famílias mais ricas do país, conhecida posteriormente por ser proprietária de *El Mercurio*, que se tornaria o principal jornal chileno.

b Setores médios, um ator em gestação

Os setores médios desta época não são fáceis de reconhecer. A falta de estatísticas exatas sobre as atividades, tanto urbanas como rurais, é um dos empecilhos ao melhor conhecimento dessa parte da sociedade. Nas cidades, eles eram constituídos pelos artesões qualificados, pelos pequenos comerciantes, por alguns profissionais e pelos empregados dos serviços públicos, então pouco desenvolvidos. Embora ainda não organizado de maneira profissional, o exército também proporcionou uma via de promoção social a certo número de oficiais, que podem ser incluídos nos setores médios.

No campo, apesar da tendência à concentração da propriedade agrícola, era possível encontrar quantidades às vezes consideráveis de pequenos e médios proprietários. Ao contrário do que se costuma acreditar, estes grupos existiam desde o período colonial. Do ponto de vista étnico, este setor que pode ser categorizado como empresariado camponês compunha-se principalmente de mestiços, mulatos e negros, à medida que estes últimos ganhavam a liberdade. Este foi o caso de Trinidad e de Porto Rico, onde, no início do período, quase um terço dos proprietários rurais eram negros livres. Por volta de 1870, certo número de imigrantes também conseguiu tornar-se proprietário, como aconteceu com os italianos no Norte da Argentina. Em alguns casos, os pequenos proprietários rurais obtiveram benefícios da economia de exportação, como os *matutos* do Nordeste brasileiro, que aproveitaram o aumento da demanda de algodão durante a Guerra Civil dos Estados Unidos para incrementar a sua produção, posteriormente exportada para a Europa, apesar de sua baixa qualidade. Em algumas regiões do Chile, camponeses participaram na produção de trigo e farinha para exportação destinada à Califór-

nia, em meados do século XIX, além de serem um número relativamente importante dos produtores de vinho para o mercado interno. Todavia, esses produtores viram cerceadas suas possibilidades de expansão pelas leis aplicadas em toda parte a partir de meados do século, que exigiam a justificação dos títulos de propriedade para regularizar a posse da terra, bem como pela ação do Estado, que se atribuiu a propriedade das terras vagas e passou a pedir preços cada vez mais altos por elas, especialmente à medida que se tornavam mais importantes as culturas destinadas à exportação, como o café na América Central. Esse processo obstaculizou notavelmente a formação de uma classe média rural numerosa, além de ter prejudicado as comunidades indígenas, sendo uma das raízes das falhas no processo de democratização dos países latino-americanos.

c As massas

Foi muito diversa a sorte da massa da população, composta por brancos pobres, negros, indígenas e mestiços. O processo que pôs fim à escravidão negra constituiu-se no principal avanço social da época. Seu sucesso deve ser creditado, em parte, às ideias de libertação da independência, mas também às pressões da Inglaterra que, em 1808, proibira o tráfico para depois abolir a escravidão em suas colônias, em 1838. Em seguida, o governo britânico empreendeu uma campanha para impedir o comércio negreiro em escala mundial. Outros países europeus envolvidos na escravatura demoraram mais a tomar medidas para acabar com essa prática. A França tinha abolido a escravidão no início da revolução, em 1794, mas Napoleão a restabelecera em 1802; a abolição definitiva só ocorreu em 1848 nas colônias francesas, e em 1863 nas holandesas. Por sua vez, a Espanha manteve a escravidão em seus domínios até o último terço do século XIX. O Chile foi o primeiro país a abolir definitivamente a escravidão, em 1823, sendo seguido pelo México. Quase todos os demais países o fizeram na década de 1850. O Brasil foi o que mais tardiamente tomou essa medida, mantendo a escravidão em diversos graus até o fim do período estudado neste capítulo.

Não melhorou a condição dos indígenas, em especial daqueles que continuavam vivendo em comunidades. A independência trouxe, em princípio, a supressão do tributo que os índios pagavam no regime colonial, deixando-os na condição de cidadãos como os outros, não obrigados a pagar tributos discriminatórios. Essa tinha sido a intenção dos decretos de Bolívar na Grande Colômbia e de San Martín no Peru. Pouco depois, porém, o tributo foi reinstituído nesses países com

o nome de “contribuição de indígenas”, para ser abolido só décadas depois, desta vez definitivamente. Portanto, os traços básicos da sociedade de conquista criada a partir do século XVI persistiam ou reapareciam.

Por outro lado, os indígenas continuaram a ser submetidos a um processo gradativo de aculturação, mediante diversos mecanismos. A despeito da política liberal da maioria dos governos, que em muitos países limitou a ação das ordens religiosas, estas deram continuidade ao processo iniciado no século XVI, penetrando em territórios onde a presença do Estado ainda não era sentida, entrando em contato com os indígenas, criando escolas para as quais atraíam os filhos dos índios. Finalmente, as comunidades indígenas sofreram duros golpes com a perda da maior parte de suas terras, como resultado das investidas dos governos liberais e dos latifundiários. No Chile, Vicente Pérez Rosales, agente de colonização do governo, descreveu nos seguintes termos os métodos fraudulentos utilizados para ocupar as terras dos índios no Sul do país:

Quando algum vizinho queria se tornar único proprietário de algum dos terrenos usufruídos em comum, bastava-lhe procurar o cacique mais próximo, embriagá-lo ou fazer com que seu agente se embriagasse com ele, colocar à disposição dele e dos seus aguardente baratinha e um peso forte e com isso já podia comparecer perante o tabelião público, com vendedor, testemunhas e informações juramentadas que atestavam que o bem que estava sendo vendido era legítima propriedade do vendedor. Ninguém fazia objeção à este modo de adquirir propriedades, cujo valor dividiam amigavelmente o suposto dono que vendia e as venais testemunhas que o acompanhavam [...]⁷.

A situação desfavorecida de índios e negros ensejou movimentos de protesto violento. Alguns desses movimentos estiveram inseridos em outros conflitos, como no caso de certas rebeliões de províncias brasileiras, nas quais houve tentativas de associar a luta contra a capital à questão da abolição da escravidão dos negros. Isto nunca deu certo porque os líderes rebeldes, de origem branca, não estavam todos de acordo a esse respeito. Foi o que aconteceu na rebelião conhecida como “Sabinada” (do nome de seu líder, Francisco Sabino Álvares da Rocha) no

7. Trecho extraído de sua obra bem conhecida: *Recuerdos del pasado*. Santiago: Zig-Zag, 1958, p. 359 [publicada originalmente em 1886].

Nordeste brasileiro, em 1838. Por sua vez, os índios tendiam a comandar sua própria luta. A mais conhecida de todas foi a rebelião dos índios maias do estado de Yucatán, no sul do México, que foi deflagrada em 1847 e prosseguiu até 1902. Os índios reclamavam contra a alta dos impostos e a paulatina ocupação de suas terras pelos fazendeiros que queriam explorar a pita, planta cuja fibra era usada no fabrico de cordas. Esse episódio ficou conhecido como a “Guerra das Castas” porque exprimia uma luta racial: os índios atacavam e matavam brancos, mestiços e, em geral, quem quer que se vestisse como branco, que usasse camisa e sapatos.

d A mulher

Como no período colonial, a posição da mulher continuou a ser secundária. Só no fim dessa época as mulheres começaram a ser admitidas nas universidades. No Peru, em 1866, um decreto do governo permitiu que as mulheres fossem professoras de escola, mas acabou por não ser aplicado. Em geral, até 1880, a população feminina tinha de contentar-se com a educação primária e secundária. Em Cuba, as escolas primárias para mulheres eram 30% do total em 1851. A porcentagem parece alta, mas por outro lado o ensino era discriminatório: com a alegação de que a mulher devia ser preparada essencialmente para as tarefas consideradas femininas, as meninas não estudavam as mesmas disciplinas que os homens. Estes aprendiam matérias como Física, Geometria, Agricultura e História Natural, nenhuma das quais figurava nos programas de estudo para meninas, que tinham de aprender higiene doméstica e costura.

Do ponto de vista legal, em certos países as mulheres conseguiram algumas vantagens. No México, o novo Código Civil de 1870 outorgou à mulher o “pátrio poder”, que até então era um privilégio masculino: se o cônjuge falecia, agora a mulher viúva podia manter o controle dos filhos e dispor dos bens deles, ao passo que antes ela ficava à mercê do tutor que seu defunto marido tivesse indicado. Todavia, o código de 1870 não melhorou a situação da mulher casada, que continuava dependendo do marido para realizar qualquer ato legal, como no período colonial.

Se de modo geral a mulher não obteve nenhum direito político, nem por isso deixou de participar da vida pública. A participação feminina sempre era importante nas guerras, quer fossem civis, quer entre países. Numa época em que a logística dos exércitos ainda engatinhava, eram as mulheres quem, acompanhando os homens, cuidavam do atendimento médico e da alimentação. No Peru, es-

sas mulheres eram chamadas *rabonas*; sem receberem soldo, elas acompanhavam os homens nos combates. Durante a guerra da Tripla Aliança contra o Paraguai, muitas mulheres paraguaias foram para os campos de batalha. Estima-se que pelo menos 1.500 participaram da frente de guerra. Este cálculo não inclui as outras, em número muito maior, que trabalhavam preparando as fardas e os víveres para o exército.

Contudo, muitas filhas das classes ricas eram impedidas de participar da atividade pública por toda a vida, sendo em muitos casos enviadas a um convento, segundo preceituava a tradição colonial. Uma das viajantes europeias de ideias libertárias, a francesa Flora Tristán, compadeceu-se da situação das noviças do convento de Arequipa, ali confinadas desde muito novas por suas famílias, mesmo contra a sua vontade⁸.

e Religião

A Igreja Católica manteve a sua importante presença como instituição pública, mas teve de enfrentar muitas dificuldades na vida cotidiana. Uma delas foi a falta de padres, cujo número diminuiu drasticamente com as lutas da independência e a ação de certos governos hostis à Igreja. No Paraguai, em 1841, mais da metade das paróquias estavam vagas, e muitos padres tinham de incumbir-se de duas ou três simultaneamente; fora de Assunção, havia apenas 37 sacerdotes no país inteiro. Na Venezuela, a diocese de Caracas contava com 547 padres e o número caiu para 115 em 1881, ano em que havia apenas 393 sacerdotes para todo o país. A situação era menos precária em outros países, mas a falta de religiosos era notável. Diante disto, a maioria dos governos optou por convidar missões europeias, da França e da Itália, que começaram a chegar em meados do século. Como na época colonial, alguns religiosos foram para as regiões habitadas por indígenas não integrados à nação, como os capuchinhos, que entraram em contato com os mapuches no Chile; o mesmo fizeram os salesianos no sul da Argentina e os franciscanos na Amazônia brasileira. A sua presença refletiu-se não só na evangelização como também na educação, com a fundação de um grande número de escolas, muitas delas nas províncias. Também houve religiosas, como as freiras canadenses

8. Cf. seu testemunho no livro *Les pégrinations d'une paria* (Paris: Maspero, 1980), no qual a autora narra a sua experiência de viagem no Peru dos anos 1830.

ses da Divina Providência, que vieram de Montreal para o Chile, em meados do século, para encarregar-se do asilo de órfãos do país.

Apesar da onipotência do catolicismo, a maior tolerância preconizada por diversos governos em matéria religiosa e a chegada de comerciantes e imigrantes estrangeiros tornaram possível o surgimento de outras igrejas e religiões, sobretudo protestantes, bem como o estabelecimento de certo número de judeus. Ainda que todos tivessem de praticar a sua fé sujeitando-se a restrições, esse processo significou uma mudança na vida religiosa latino-americana.

f Vida cotidiana

Os testemunhos orais e escritos de pessoas da época permitem reconstruir o ambiente em que elas viveram. A maioria dos depoimentos é daqueles que sabiam escrever, isto é, de membros da elite, bem como de viajantes estrangeiros que deixaram uma abundante literatura. Todavia, algumas vozes de pessoas anônimas da massa indígena, mestiça ou negra nos dão uma ideia sobre suas condições de vida e os costumes de uma época ainda marcada pela herança colonial, que ainda não se incorpora completamente ao capitalismo nem absorve toda a influência europeia ocidental.

Para os escravos negros, a vida cotidiana era regrada pelo sino que, acionado pelo capataz da plantação, determinava o ritmo de suas atividades desde a madrugada até a noite. Segundo o relato de um ex-escravo cubano, o dia transcorria da seguinte maneira:

Na saída da refinaria estava o sino, que o capataz fazia tilintar. Às quatro e meia da manhã, ele nos acordava com nove batidas que indicavam a hora de levantar-se: era a Ave-Maria. Às seis, outro sino tocava: era a ordem para formar fila num terreiro fora do barracão onde dormíamos. Os homens ficavam num lado e as mulheres no outro. Depois, íamos trabalhar no campo até as onze da manhã, quando comíamos carne defumada, legumes cozidos e pão. À tarde, quando o sol se punha, era a hora da oração. Às oito e meia da noite, o último toque de sino, que dava a ordem de silêncio: era o momento de se deitar. O capataz dormia no barracão, vigiando-nos. No terreiro da senzala havia um vigia noturno, um

espanhol, que também se ocupava de espiar-nos. Tudo era questão de chicotadas e vigilância.

Como na época colonial, os negros que conseguiam poupar podiam comprar a sua liberdade, desde que seu dono consentisse. Para isso, eles cultivavam um pedaço de terra para a sua própria alimentação e para ganhar dinheiro.

O que salvou muitos escravos foi principalmente o seu roçado, pois permitia que se alimentassem melhor. Quase todos tinham um. Ficavam perto dos barracões. Plantava-se de tudo: batata-doce, abóbora, quiabo, milho, ervilha, feijão preto, mandioca e amendoim. Além disso, os negros criavam leitões. Alguns desses produtos eram vendidos aos camponeses que vinham do povoado próximo [...]. Vendiam os leitões por uma onça ou onça e meia, que era de ouro, como todas as moedas daquela época⁹.

Na cidade, por muito tempo ainda existiram vendedores ambulantes, que iam oferecer nas casas diversas mercadorias. Na Cidade do México, ouvia-se uma “diversidade de gritos nas ruas, que começam ao amanhecer e continuam até a noite, proferidos por centenas de vozes discordantes, impossíveis de entender no princípio...” Entre os produtos oferecidos estavam o carvão, a manteiga, a carne, anunciada como “chacina boa, chacina boa”, a banha, as frutas... Havia também bufarinhos que, aos gritos, ofereciam “agulhas, alfinetes, dedais, botões de camisa, bolas de fio de algodão, espelinhos, etc.”, que as clientes, sempre mulheres, compravam depois de muito pechinchar. Mas o desfile não parava por aí: por volta do meio-dia, “os esmoleiros começam a ficar especialmente inconvenientes, e suas lamentações e preces e suas infundáveis salmodias somam-se ao acompanhamento geral dos demais barulhos”. Depois dos esmoleiros vêm os vendedores de pastéis de mel, de queijo, os doceiros, os vendedores de bilhetes de loteria e, no entardecer, os que ofereciam tortilhas, castanhas assadas quentes e pamonhas. “E então as vozes se apagam, para recomeçarem mais uma vez, na manhã seguinte, com o mesmo entusiasmo.” Escrita por Fanny Calderón de la Barca, esposa do embaixador da Espanha no México¹⁰, essa descrição mostra que estamos diante

9. *Esclave à Cuba*, de Miguel Barnet. Versão francesa de *Biografía de um cimarrón*, entrevista em que um ex-escravo narra sua vida. Paris: Gallimard, 1967, p. 24 e 26.

10. Em seu livro *La vida en México*. México: Porrúa, 1981 [publicado originalmente em 1843].

de uma sociedade em que a organização comercial ainda carece de especialização, e massas anônimas tinham de procurar uma ocupação para se sustentarem na grande cidade. Uma dessas ocupações era a dos empregados domésticos, geralmente de pele escura. Em 1860, em Quito, que tinha numerosa população indígena, quase todos os porteiros das casas dos abastados eram índios, que moravam num quarto próximo à porta da frente com a mulher, os filhos, um cachorro e vários preás. Suas tarefas eram múltiplas: fechar a porta de noite e abri-la de manhã, varrer, ir buscar água, limpar os cavalos, lavar a louça e ajudar na cozinha. Em todas essas tarefas ele era auxiliado pela mulher, que “sempre leva um menino pendurado nas costas, num xale ou poncho amarrado em volta do pescoço ou do peito. Ela é geralmente mais trabalhadora e ativa que o marido, que tende a ser frouxo e ainda por cima trata-a com brutalidade”, segundo o testemunho de Friedrich Hassaurek, embaixador dos Estados Unidos, que viveu no país entre 1861 e 1866¹¹. O salário do porteiro equivalia de um a dois dólares por mês, além da comida e da moradia.

As condições de higiene pública deixavam muito a desejar, mesmo nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, em 1860, um viajante francês contava qual era o destino que se dava ao lixo: como não havia um serviço municipal encarregado de queimar os refugos, estes eram simplesmente transportados em barris por escravos negros e despejados no mar, na baía. O narrador acrescentava que, em dias de temporal, o trabalho do escravo era mais fácil: bastava despejar o conteúdo dos barris na rua, onde a enxurrada o arrastava para o mar. O resultado era um fedor nauseabundo em toda a orla da Baía de Guanabara, cuja bela paisagem perdia todo encanto por causa das emanções do lixo acumulado¹². Nesse contexto, não é de surpreender que de vez em quando houvesse surtos epidêmicos de cólera, varíola ou febre amarela. Em Buenos Aires, em 1867, oito mil pessoas morreram de cólera, cuja propagação foi facilitada pela falta de rede de esgotos e de um sistema de água corrente. Todavia, houve algum progresso urbano: na década de 1850, as principais cidades começaram a ser iluminadas a gás e suas principais avenidas foram alargadas. Em Lima, por exemplo, em 1868, foram demolidas as antigas

11. *Four Years Among the Ecuatorians*. [s.l.]: Southern Illinois University Press, 1967 [publicado pela primeira vez em 1867].

12. Apud MAURO, F. *La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo, 1831-1889*. Paris: Hachette, 1980, p. 16.

muralhas, que tinham servido para a defesa contra possíveis ataques de piratas nos tempos coloniais, mas agora limitavam o crescimento do centro da cidade.

Na vida social e nos entretenimentos, o traço colonial persistiu por longo tempo. Uma de suas manifestações era o costume de comparecer às festas com vestimentas que cobriam o rosto, chamadas de *tapados*. Embora nem todos os convivas viessem trajados dessa maneira, o espetáculo era surpreendente para quem não estava habituado, como aconteceu com o polonês Ignacio Domeyko. Pouco depois de chegar ao Chile, ele pôde presenciar a seguinte cena por ocasião de um baile ao qual compareceu na cidade de Coquimbo, no Norte do país, em 1838:

Cada tapada usava um véu, um lenço ou outro xale em redor da cabeça, de modo que apenas os olhos e às vezes só um olho, negro e grande, ficava à mostra. Os homens vestiam enormes capas espanholas sobre os ombros até os olhos, e os chapéus também encasquetados até os olhos [...] havia pessoas de condição humilde, com ponchos brancos e de cores berrantes e chapéu de palha e até criadas ao lado de senhoras de boa posição, escondendo o rosto detrás de lenços multicoloridos. Era um estranho contraste entre aquelas fantásticas gentes com seus tapados e as senhoras e senhoritas vestidas de gala, conversando animadamente com cavalheiros enfatiados conforme a moda, com fraques e sapatos de baile¹³.

Esse costume, generalizado em toda a América espanhola e cuja razão de ser é difícil de discernir, persistiu pelo menos até finais do século XIX. Combatido pelas autoridades, que recebiam que ocultasse propósitos imorais, o hábito desaparecia temporariamente, mas ressurgia.

2.3 A economia: o lento desenvolvimento do capitalismo

Na época colonial, a economia latino-americana baseava-se principalmente na agricultura e na pecuária, ademais da mineração. Em conjunto, era uma economia primária, com escasso desenvolvimento industrial e que contava com um sistema financeiro rudimentar, pois não existiam bancos. Havia comércio interno, mas era a demanda internacional que ditava as decisões das atividades produtivas

13. GODOY, H. & LASTRA, A. *Ignacio Domeyko – Un testimonio de su tiempo*. Santiago: Universitaria, 1994, p. 94.

mais rentáveis, base das maiores fortunas, como as culturas tropicais e os metais preciosos. Logo, desde o início, surgiu uma cisão entre o setor ligado à exportação e o das atividades destinadas ao consumo interno ou a mercados locais, de rentabilidade muito menor. Tratava-se de um sistema econômico bastardo, que combinava traços tipicamente capitalistas na esfera comercial com elementos próximos ao feudalismo e à escravidão no que diz respeito aos sistemas de produção e à mentalidade de muitos empresários¹⁴. Este panorama evoluiu lentamente no decorrer da época aqui analisada. Os contatos com o exterior foram sendo reforçados, mas não com a celeridade que as elites dominantes teriam desejado, e assistiu-se a uma relativa diversificação das atividades produtivas internas, bem como das estruturas financeiras.

1 Agricultura e pecuária

De todas as atividades produtivas, a mais importante nesses anos continuou a ser a relacionada ao campo, onde vivia a imensa maioria da população. Com o relativo declínio da mineração e do comércio nos primeiros anos de vida independente, causado pelas guerras, a propriedade agrária foi ainda mais valorizada. Isto teve como resultado a incorporação de novas terras à produção, com frequência mediante uma continuação da conquista em detrimento dos indígenas (e depois da Igreja, como veremos posteriormente).

Esse processo permitiu não só o enriquecimento das elites como também a diversificação dos cultivos. Por exemplo, no caso do café, que já era cultivado no Brasil antes da independência, mas passou a ter mais importância nesse país depois de 1820, com o aumento da demanda mundial e a ruína da economia haitiana, que era uma grande concorrente nesse ramo. O Brasil passou a dominar boa parte da produção mundial, chegando a 40% do total já antes de 1850. Para isso, novas terras foram exploradas, no interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. O café também passou a ser muito importante na Venezuela e na América Central, em especial na Costa Rica; nessa mesma região, a produção de cochonilha do carmim teve

14. Entre os diversos autores que estudaram esta questão, cf. CARMAGNANI, M. *Formación y crisis de un sistema feudal – América Latina del siglo XVI hasta nuestros días*. [s.l.]: Siglo XXI, 1976, onde se vê a existência desse sistema até 1914. Opinião contrária tem André Gunder-Frank, que em seu célebre ensaio *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* (diversas edições desde 1969) sustenta a existência de um capitalismo desde a época colonial.

grande impulso com a demanda da indústria europeia que precisava de matérias corantes. Na Argentina, a pecuária ovina começou por volta de 1830 e teve tamanho sucesso que o plantel passou de dois milhões de cabeças nesse ano para 61 milhões em 1880, fato que permitiu aumentar as exportações de lã de 1,8 milhão para 92 milhões de toneladas nos mesmos anos.

Nem sempre as novas atividades rurais demandavam novas terras, pois às vezes se impunham deslocando outras já existentes. Foi o que aconteceu com a videira no Chile, uma cultura antiga que, a partir de 1850, ganhou nova dimensão com a introdução da espécie francesa, que se deu junto com a fundação de empresas que pela primeira vez produziam vinho de forma especializada. A vitivinicultura foi uma das atividades agroindustriais destinadas a abastecer o mercado interno, pois a porcentagem exportada era mínima, situação que não mudou durante muitas décadas. Contudo, até 1920, a maioria dos chilenos ainda bebia *chicha*, a bebida tradicional. No México, o *pulque* – outra bebida tradicional, obtida do *maguey* (agave) – continuou extremamente popular, como atesta Fanny Calderón de la Barca:

O *maguey* é uma fonte de seguros benefícios, pois seu consumo é enorme, tanto que muitas famílias ricas da cidade devem sua fortuna ao produto de seus *mayengues*. Quando seus proprietários não fabricam o *pulque*, vendem as plantas aos índios: um *maguey*, que no momento do plantio custa um real, pode ser vendido por doze a dezoito pesos quando está no ponto de corte, lucro que merece ser levado em consideração, já que a planta dá em quase qualquer terreno, requer pouco adubo e, ao contrário do que ocorre com o vinho, quase não precisa de cuidado¹⁵.

Em outros países, culturas já tradicionais alcançaram maior auge, como a cana de açúcar nas plantações de Porto Rico e Cuba. Neste último país a produção mais do que dobrou, passando de 800.000 toneladas em 1839 para 1,8 milhão em 1880. Ao mesmo tempo, as exportações também cresceram, pois representavam 15% da produção mundial em 1839 e 23,6% em 1875. Esse auge acarretou o desmatamento de extensas áreas da ilha que receberam as novas plantações. A explicação do aumento está no mercado dos Estados Unidos, que absorvia a maior parte do açúcar cubano exportado (apesar de Cuba ser colônia espanhola) e na

15. BARCA, F.C. *La vida en México*. Op. cit., p. 70.

melhor organização da produção, em grandes unidades. No caso das Antilhas britânicas, a produção de açúcar aumentou muito pouco devido à concorrência da aterrada açucareira produzida na Europa e na própria Inglaterra.

2 Mineração, indústria e outras atividades

A mineração continuou a ser uma atividade importante, embora em menor grau do que no período colonial. Nos primeiros anos após a independência, a mineração declinou, em razão da diminuição da mão de obra disponível e da falta de capitais, devida à já comentada partida dos espanhóis, que não foram substituídos de imediato por recursos de outros países. A Inglaterra estava certamente interessada na exploração mineira, mas a falta de transportes adequados e a escassa informação causaram o fracasso de várias empresas nos anos 1820, esfriando o entusiasmo inicial.

Apesar destes inconvenientes, houve explorações mineiras importantes, como as do Norte do Chile, com a mina de prata de Chañarcillo e as de cobre de Tamaya, nas proximidades de Coquimbo. Em meados do século XIX, o Chile era o primeiro produtor mundial de cobre, com 40% das exportações, destinadas mormente à Grã-Bretanha. A sua produção crescera de 2.000 toneladas anuais em 1830 para um máximo de 51.000 em 1869. No México, pelo contrário, a produção de prata diminuiu muito na primeira metade do século e só depois de 1850 recuperou os níveis da época colonial. No Peru e na região disputada pela Bolívia e o Chile começou a ganhar importância a exploração do salitre, que provocaria a guerra entre esses três países em 1879.

O Peru obteve renda considerável em meados do século com a produção do guano acumulado durante séculos nas ilhas próximas à sua costa central. Exportado como adubo de alta qualidade para a agricultura europeia, o guano proporcionou ao estado peruano ganhos tão vultosos que o país pôde abolir a escravidão negra, pagando indenizações aos donos de escravos.

De mais a mais, houve algumas tentativas de atividade industrial em meados do século. No Brasil, surgiram fundições de ferro e estaleiros, com o estímulo de leis protecionistas. O mesmo – e em maior grau – aconteceu no Paraguai, país que viveu uma experiência única na América Latina, por sua combinação especial de governo ditatorial (López pai e filho) e política industrialista protegida pelo Esta-

do. Trazendo técnicos austríacos e alemães, o Paraguai desenvolveu a fundição de ferro mais importante da região, mas a experiência entrou em declínio total depois da guerra de 1865-1870.

Sendo uma das poucas atividades industriais existentes antes da independência, sobretudo em países como o Equador e o México, onde o fabrico de tecidos tinha longa tradição, a indústria têxtil conseguiu, em alguns lugares, enfrentar a concorrência de panos e roupas importados. Foi assim no interior equatoriano e nas terras altas da Guatemala, além de Puebla no México. A totalidade da produção destinava-se ao mercado interno. Esses casos indicam que a presença de produtos do exterior não era tão maciça nem de efeitos tão devastadores como alguns temiam, embora os centros industriais localizados em zonas litorâneas certamente se ressentiram da concorrência estrangeira.

3 Comércio, finanças e transportes – O contato com o exterior

A principal mudança trazida pela independência tinha sido tornar direto o contato com o mercado mundial, que até então só era feito através das metrópoles europeias ou pelo contrabando. A América Latina podia agora exportar seus produtos diretamente para os principais centros consumidores, em especial a Inglaterra. Ao mesmo tempo, podia importar livremente todo tipo de mercadoria.

Todavia, nem todos os países adotaram uma política comercial aberta. Para muitos, o contato com o exterior não dispensava alguma dose de protecionismo. Isto é explicado em parte pela influência da tradição colonial, bem como pelas queixas dos setores artesanais que temiam ser arruinados pela chegada descontrolada de mercadorias europeias. O livre-câmbio foi se impondo gradativamente na América Latina, devido às pressões dos comerciantes locais e os de origem estrangeira, sobretudo ingleses, que se estabeleceram em várias cidades desde o início da independência. De mais a mais, os políticos não defenderam o protecionismo com muita determinação, e os empresários não estavam convencidos dos lucros que poderiam auferir se investissem na indústria – o investimento em produtos de exportação agrícolas ou minerais era mais rentável. Outro empecilho para um eventual desenvolvimento industrial era o fato de o mercado interno ser muito limitado, devido ao baixo poder aquisitivo da população.

A demanda externa foi então a que deu novo impulso às atividades produtivas que, em vários países, tinham sido afetadas pelas guerras de independência¹⁶. Ela não se manifestou com igual intensidade em toda parte. O Chile e a Argentina foram os países que mais aumentaram suas exportações, que se multiplicaram por 50 entre 1810 e 1880. O Brasil ficou em terceiro lugar, com um aumento de dez vezes. Mas nos países que tinham sido mais ativos no período colonial as exportações tiveram pequeno crescimento depois de 1825: as do Peru aumentaram só cinco vezes em valor, e as do México, apenas 20%.

Nesse novo contato com o mercado mundial, a relação com o capital externo se efetuou de modo algo diferente do que existira na época colonial. Como antes, as operações comerciais foram controladas majoritariamente por estrangeiros, sobretudo ingleses, que substituíram os espanhóis nessa esfera. No entanto, não houve o investimento direto de capitais externos no âmbito produtivo em grande escala. As atividades agrícolas e pecuárias ficaram sob o controle de empresários locais. O investimento estrangeiro rumou em especial para certas atividades de mineração, como o salitre no Chile (depois da Guerra do Pacífico de 1879), bem como, em certa medida, para a construção de estradas de ferro.

A influência econômica externa manifestou-se também nas finanças. Ao começar o período, os orçamentos da maioria dos estados estavam em precária situação, devido à desarticulação do comércio exterior e aos gastos de guerra. Vários países tinham contratado empréstimos em Londres em condições onerosas: do milhão de libras que o Chile obteve em 1823, os banqueiros ingleses entregaram pouco mais da metade, embora o Chile tivesse de pagar a soma total, além dos juros. O México tomou dois empréstimos, cada um de 3 milhões de libras, em condições similares. A Federação Centro-americana negociara em 1824 um emprés-

16. Em sua conhecida *Historia contemporánea de América Latina*, o historiador argentino Tulio Halperin Donghi faz uma distinção importante entre os anos anteriores a 1850 e a segunda metade do século. Para ele, a economia latino-americana mostrou pouco dinamismo no período 1825-1850, em grande parte em razão dos escassos efeitos positivos da relação com o mercado mundial nesses anos, em que houve fraca demanda de produtos latino-americanos e os investimentos estrangeiros foram muito pequenos. Por isso Halperin descreve os anos até 1850 como de "longa espera", depois da qual a situação mudou. André Gunder-Frank avalia esse período de forma totalmente diferente: para ele, entre 1820 e 1850 a América Latina poderia – talvez – ter tomado uma orientação favorável ao desenvolvimento, porque nesses anos os interesses nacionais do interior ainda eram capazes de impulsionar o protecionismo, o que teria permitido iniciar a industrialização. Cf. GUNDER-FRANK, A. *Capitalismo y subdesarrollo...* Op. cit., p. 277 (edição de 1970: Buenos Aires: Signos).

timo por um milhão de libras, mas recebeu apenas uma porcentagem muito baixa (que nunca pôde ser determinada com exatidão) desse valor e teve de comprometer as rendas da alfândega para pagar. Os problemas com a devolução desses fundos refrearam durante um tempo a chegada de novos capitais externos, tanto a título de empréstimo quanto de investimento.

A construção de ferrovias foi um dos fatores importantes para a ampliação dos mercados internos e também, por certo, para as atividades de exportação. A primeira estrada de ferro da América Latina foi construída em Cuba, em 1837. A partir dos anos 1850, a ferrovia fez sua estreia também em outros países, como Peru, Chile, México, Brasil e Argentina. No caso chileno, o novo meio de transporte não surgiu na região da capital, mas no Norte, entre Caldera e Copiapó, para transportar o minério de prata até a costa, o que evidencia a importância da mineração e do comércio de exportação. Empresários estrangeiros desempenharam um papel importante neste setor, como o norte-americano Henry Meiggs, que viveu no Chile e no Peru entre 1850 e 1870 e construiu, entre outras, as linhas férreas de Arequipa a Puno e de Callao a La Oraya, esta última para o carregamento de minério. Seu sobrinho Minor Keith seguiu seus passos na Costa Rica, onde dirigiu a construção da ferrovia de San José até a costa atlântica, tendo depois ampliado suas atividades ao investir na produção de bananas.

Uma novidade que favoreceu a economia foi o surgimento dos bancos. O México e o Brasil foram os países pioneiros, na década de 1830, seguidos pelos demais em meados do século. Devemos ressaltar a experiência mexicana porque o primeiro banco desse país, o Banco de Avío, criado por iniciativa do governo (conservador) e capitalizado com fundos públicos, permitiu o desenvolvimento da indústria têxtil de Puebla. Entre os bancos particulares que foram aparecendo, houve também os de iniciativa estrangeira, especialmente da Inglaterra, como o South American Bank, que esteve presente em vários países.

A modernização dos transportes, o surgimento dos bancos e o aumento da produção em geral reforçaram a orientação capitalista dos centros produtivos. Houve progressos na tecnologia, com maior investimento em maquinário e certo crescimento do número de trabalhadores assalariados, mudança importante com relação ao período colonial. Antes da independência, a maioria dos trabalhadores eram escravos ou submetidos a condições semiforçadas, como nos tempos da *encomienda* colonial. Isto levou diversos autores a entenderem que havia "feudalismo" nessa época, descrição pouco exata, mas que refletia o atraso na organização

da produção¹⁷. Todavia, os mecanismos de trabalho semiforçado não desapareceram rapidamente, como veremos.

4 Sistemas de trabalho

Ainda que o capitalismo se manifestasse na ampliação das atividades comerciais, na adoção de novas tecnologias e de melhores meios de transporte, isto não trouxe consigo uma imediata renovação das relações de trabalho. Em alguns países, a escravidão negra e o trabalho forçado dos índios coexistiram com a mão de obra livre.

Essa situação contraditória apresenta-se até nas atividades de famosos empresários da época. No Peru, Domingo Elías trouxe da Europa o maquinário mais moderno, movido a vapor, para a produção de algodão, mas ao mesmo tempo usava escravos negros em seus vinhedos e algodoais, além de ser contrário à abolição da escravidão. Tanto em Cuba como em Porto Rico e no Brasil, os negros escravos continuaram a ser a mão de obra principal nas plantações, e os comerciantes que os traziam da África (ilegalmente) ganhavam muito dinheiro. Em Cuba, até 1861, os escravos ainda eram quase a metade dos trabalhadores do país: seu número chegava a 301.000, contra 316.000 trabalhadores livres.

A abolição da escravidão negra obrigou os empresários a buscarem substitutos. Em alguns países, como Cuba e Peru, os negros foram substituídos por trabalhadores chineses, trazidos de seu país de origem em condições de semiescravidão. Os chineses eram obrigados a trabalhar nove anos consecutivos pelo empregador que os trazia, e só depois desse período ficavam livres para procurar emprego. Os que conseguiram sobreviver e permanecer na América Latina chegaram a ser uma porcentagem importante em alguns lugares: em 1876, Lima tinha 100.000 habitantes, dos quais 5.600 eram asiáticos. Também houve trabalhadores forçados de povos indígenas, como os iauquis e maias do México, vendidos como escravos em Cuba em castigo por suas rebeliões.

17. Não parece muito adequado falar de feudalismo, entre outras razões porque no período colonial nunca houve dispersão do poder político. No Brasil, onde a colonização foi por algum tempo incumbência de particulares, a tentativa de criação de capitânicas fracassou na maioria dos casos e a coroa portuguesa teve de reassumir a iniciativa.

O trabalho livre realizado por artesãos teve também o aporte das primeiras levadas de imigrantes. No fim do período, à medida que a escravidão declinava no Brasil, os donos de cafezais começaram a contratar trabalhadores italianos. Um primeiro embrião de proletariado surgiu nas primeiras indústrias criadas depois da independência (por exemplo, as cervejarias), bem como na construção de ferrovias. A mulher teve participação nesse processo: na Argentina, em 1869, o primeiro censo mostrou que 58,8% das mulheres maiores de dez anos tinham trabalho remunerado. Muitas delas trabalhavam na indústria têxtil, como em Córdoba e Catamarca, onde havia 13.600 e 6.900 operárias nesse ramo, respectivamente.

Em muitos lugares surgiu um tipo de trabalhador teoricamente livre, mas submetido ao patrão por diversos laços. Era o caso dos *peões*, termo que designa em geral os trabalhadores rurais do século XIX e de parte do século XX. O peão era aquele trabalhador de fazenda que, embora juridicamente livre, não tinha liberdade total, uma vez que estava amarrado ao patrão pelo mecanismo das dívidas contraídas com ele. Sendo seu salário sempre insuficiente, o peão não conseguia devolver o dinheiro que o patrão lhe adiantara ao contratá-lo. A lei proibia essa prática, mas os latifundiários esquivavam-se dela com facilidade.

Esse sistema não vigorou em toda parte. No caso de alguns países podemos falar em trabalhadores livres de dívidas, embora submetidos ao controle do proprietário por outros mecanismos, como a cessão de um pedaço de terra ou o direito de usar pastos para seus animais. Por exemplo, os *inquilinos* do Chile, que recebiam esses benefícios como parte importante de seu salário. Portanto, não eram totalmente livres, pois tinham de cumprir tarefas nas quais se obrigavam a empregar membros de sua família, nem eram totalmente assalariados, pois dispunham de pouco dinheiro líquido. Na região do Rio da Prata, tanto na Argentina como no Uruguai, houve uma situação paradoxal: devido à escassez de mão de obra, eram oferecidos salários relativamente altos aos peões, mas estes, acostumados à vida de gaúcho errante, costumavam desertar das estâncias. Os donos de terras obtiveram do governo leis bastante rigorosas, como a que obrigava quem perambulasse pelos campos a apresentar papéis para provar que tinha emprego ou *conchavo*. Com isso, a elite visava manter o controle social sobre a massa.

2.4 A vida política: o avanço rumo a um liberalismo oligárquico

Embora todo o século XIX tenha sido marcado frequentemente pela violência, traduzida em revoluções, golpes de estado e guerras, tanto civis como entre

países, houve também uma evolução institucional que resultou do confronto entre conservadores e liberais. Em muitas ocasiões isto provocou uma luta acirrada que se resolveu com a vitória liberal. Esse desfecho ensejava, em princípio, um arcabouço institucional mais democrático que não se concretizou, já que os benefícios de uma legislação que pretendia criar direitos iguais para todos estiveram por muito tempo ao alcance só de uma minoria.

1 A organização do Estado e as tendências políticas

A maioria dos novos países optou pelo governo republicano, mais um símbolo de ruptura com a dominação colonial. As experiências monárquicas foram poucas e de curta duração, exceto no Brasil. Uma delas foi a do México, cujo primeiro governo foi o do império de Agustín de Iturbide, um militar que depois de proclamar a independência foi coroado com o título de Agustín I, em 1822. O reinado durou menos de um ano, pois Iturbide foi deposto em 1823 e depois fuzilado. O Haiti teve dois governos monárquicos, o de Henri Cristophe, que se proclamou rei e governou entre 1811 e 1820, e depois o de Faustin Soulouque, que governou como imperador entre 1849 e 1855. Ambas as monarquias acabaram mal, pois Cristophe suicidou-se e Soulouque foi deposto, embora tenha tido tempo para nomear seis príncipes e cinquenta e nove nobres, entre duques, barões e marqueses.

O Brasil foi o único dos novos países que manteve um regime monárquico de maneira estável. Isto é fácil de compreender se lembrarmos que a independência fora proclamada pelo Príncipe Pedro, filho do rei de Portugal, que se tornou o primeiro monarca do país com o título de Pedro I. O Brasil haveria de manter a monarquia imperial¹⁸ até 1889, ano em que se converteu em república.

Quanto ao regime de governo, os novos países oscilaram entre o modelo de governo federal e o unitário. Foi esta última a opção de Bolívar, que ademais defendia um governo central com fortes poderes como única solução para o que ele via como desordem política. Por sua vez, os partidários do federalismo acredita-

18. O nome oficial era "Império do Brasil", e não "reino". Isto porque no momento da Independência existia a ideia de que o Brasil continuaria a ser o centro do império português (o que de fato era desde 1808, quando o Rei de Portugal se deslocou com a corte para o Rio de Janeiro, devido à invasão francesa). Esta situação continuou apesar de Pedro I ter renunciado à coroa portuguesa em 1826. Outra razão para essa denominação foi que a instituição imperial permitia exercer um controle mais firme sobre as diversas regiões do país.

vam que este sistema era um mecanismo que garantia um maior respeito aos poderes locais e provinciais.

O peso do Estado nas sociedades era consideravelmente menor do que em nossos tempos. O orçamento dos governos era muito baixo, uma vez que não existia um sistema de impostos sobre a renda. A maior parte das receitas provinha dos impostos sobre o comércio exterior. Havia poucos ministérios, em geral apenas quatro: Interior, Justiça, Fazenda e Guerra e Marinha.

Tanto nas repúblicas quanto nas monarquias, com regime unitário ou federal, a vida política foi orientada durante a maior parte do século XIX por duas grandes correntes, a conservadora e a liberal. A primeira caracterizava-se por apoiar o regime unitário de governo, procurando manter o mais vigorosa possível a influência da Igreja Católica. Além disso, os conservadores desconfiavam da imigração estrangeira e preferiam aplicar uma política econômica protecionista. Os liberais criticavam a influência da Igreja, à qual responsabilizavam pelo atraso social e cultural dos diversos países. Viam a imigração europeia como instrumento de desenvolvimento, apoiavam a abolição da escravidão e preferiam o livre-câmbio em política econômica exterior. Em termos de política interna, tendiam a ser a favor do federalismo e da ampliação do direito de voto. Foi esta a tendência que se impôs na maioria dos países, mais cedo ou mais tarde.

Não é fácil identificar com precisão as classes sociais que apoiavam cada uma dessas duas correntes. Em geral, os conservadores representavam o ponto de vista dos proprietários de terras, enquanto os liberais contavam com o apoio dos comerciantes e dos profissionais. Alguns de seus partidários estavam influenciados pelos acontecimentos revolucionários da França, não só os de 1789 como os de 1830 e 1848¹⁹, o que fazia com que tivessem contato com grupos de setores sociais mais baixos. Mas havia muitas exceções. Ministro e líder dos conservadores chilenos nos anos 1830, Diego Portales dedicara-se desde muito jovem ao comércio, atividade que o levava a Lima nos seus começos; depois, foi diretor do estanco ou monopólio do tabaco no Chile. Lucas Alamán, o mais importante líder conservador do México entre 1820 e 1850, estudara mineralogia e dedicara-se aos negó-

19. Nestes dois últimos anos houve movimentos revolucionários que depuseram dois governos monárquicos – no primeiro, o do último Rei Bourbon, Carlos X, e no segundo o de Luís Felipe de Orléans. Os acontecimentos de 1848 restabeleceram a república na França, além de fazerem parte de uma série de movimentos revolucionários na Europa que se caracterizavam por combinar as ideias liberais com as de um nascente movimento socialista.

cios, organizando uma das principais indústrias têxteis do país e associando-se com capitais ingleses em atividades de mineração. Além do mais, não raro alguns líderes mudavam de orientação política conforme as circunstâncias, de modo tal que a fidelidade aos princípios não era clara. A falta de organização estável dos partidos e a tendência a apoiar caudilhos explicam essa situação.

A Igreja Católica desempenhava um papel político de primeira linha. Na grande maioria dos países, inclusive naqueles governados por liberais, a lei estabelecia o catolicismo como religião oficial do Estado e única que podia ser praticada em público. A constituição argentina de 1853 especificava que o chefe do Estado devia ser necessariamente católico. Isto implicava que o Estado considerava delito o desrespeito aos preceitos fundamentais da Igreja, como ficou provado no caso de Camila O'Gorman, a jovem que se apaixonou pelo sacerdote jesuíta Ladislao Gutiérrez na Buenos Aires de 1842. O romance teve final trágico, pois o governo de Rosas mandou perseguir, prender e fuzilar o casal por ter desrespeitado o sagrado juramento do sacerdócio.

Esses privilégios eram outorgados à Igreja a troco de certo controle por parte dos governos, que exigiram exercer o direito de patronato que existira no período colonial e era rejeitado pelo papa. A questão foi resolvida mediante acordos especiais, as concordatas, que Roma celebrou com cada país. Assim, os governos continuaram tendo certo controle da nomeação de bispos, como antes da independência. O predomínio da Igreja Católica na vida pública começou a diminuir no final do período. No Chile, entre 1880 e 1890, a Igreja perdeu o monopólio que exercia em assuntos como registro civil, casamento e cemitérios, funções que foram assumidas pelo Estado. Na Argentina, uma lei de 1884 estabeleceu a proibição do ensino religioso nas escolas públicas no horário regular. Na Colômbia, ao contrário, a presença da Igreja foi reforçada. Este país assinou com o papa, em 1887, uma concordata pela qual o governo reconhecia o catolicismo como elemento essencial à ordem social e conferia à Igreja diversos privilégios, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino inspirado por essa religião em todas as escolas e universidades; além disso, o casamento religioso tinha efeitos legais em todas as questões de propriedade.

2 O exercício do poder: oligarquias e caudilhos – Os fatores da instabilidade

Embora a lei declarasse que todos os habitantes do país eram iguais, estipulando também que a soberania residia no povo, estes ideais não foram levados a

cabo no dia a dia. Obviamente, ao falar em cidadãos ou habitantes jamais se cogitou dar esses direitos às mulheres. Tampouco estavam incluídos os negros escravos, que só muito lentamente foram libertos. Os indígenas foram incorporados parcialmente à massa de cidadãos, uma vez que apenas aqueles que estavam em contato com brancos foram levados em consideração; os que seguiam levando uma vida nômade e certamente os que continuavam vivendo com independência, como os araucanos do sul do Chile, não faziam parte do conjunto de cidadãos.

Na prática, os direitos cívicos foram exercidos com muitas restrições – aliás, como era de praxe no resto do mundo, quer na Inglaterra, quer na França ou nos Estados Unidos. É bem verdade que houve experiências de sufrágio universal masculino no México e na Colômbia, mas logo esse direito acabou ficando reservado àqueles que tinham riqueza ou renda mínima, cujo montante aumentava para aqueles que se candidatavam a um cargo: era o sistema chamado de sufrágio censitário. Isto era visto como uma medida de controle diante da ameaça das massas que, segundo os membros da elite branca e proprietária, não sabiam o que fazer com seus direitos. Ao longo do processo de independência, Bolívar também exprimira seu temor da democracia, dizendo que, em razão da falta de educação política da população, “todo regime que se apoie no povo provocará, eu receio, nossa ruína”²⁰.

Essa postura também se manifestou nos territórios colonizados pela Inglaterra, apesar de existir neles uma antiga tradição de instituições representativas. Nas Antilhas britânicas, a despeito da sua condição de colônias, no século XVII tinha sido criado um sistema administrativo no qual, junto ao governador nomeado por Londres, havia assembleias que dispunham de certos direitos, como a cobrança de impostos, sendo formadas por pessoas eleitas. No entanto, essas pessoas constituíam um grupo muito minoritário: na Jamaica, em 1865, a assembleia tinha 49 membros, todos brancos, escolhidos por 1.457 eleitores que representavam uma

20. No mundo anglo-saxão, apesar de ser o berço de muitas ideias liberais, também não havia grande apego à democracia, e as autoridades preferiam decidir sobre o destino do país sem consultar a nação. No Canadá, quando da formação da Confederação (que ao mesmo tempo implicava a independência), em 1867, os mais altos dirigentes do novo Estado – como John A. McDonald – recusaram-se a convocar um plebiscito para aprovar a união das quatro ex-colônias britânicas que deram origem ao novo país. A decisão foi submetida apenas à votação das assembleias legislativas das colônias, cujos membros não tinham sido eleitos por voto universal.

porcentagem ínfima do total da população, então de 400.000 pessoas. Temendo que pessoas de cor pudessem votar, as assembleias se autodissolveram nessa época, e com isso o governador passou a exercer o controle absoluto.

Desde meados do século XIX, em virtude do gradativo triunfo da tendência liberal, o número de pessoas com direito de voto foi crescendo. Entretanto, a participação eleitoral continuou sendo muito baixa durante todo o período, como vemos no quadro 5 abaixo:

Quadro 5 Participação eleitoral e estabilidade dos governos em países selecionados, 1825-1889*

País	Participação**		Número de governos	Duração média em anos	Depostos (número)
	Mínima	Máxima			
Argentina#	1,0	2,0	17	3,76	2
Bolívia	x	x	22	2,95	10
Chile	2,0	4,9	15	4,66	3
Colômbia	x	8,5	39	1,79	5
Costa Rica	x	0,2	28	2,32	8
Equador	x	5,0	19	3,68	9
Honduras	7,2	10,2	40	1,75	7
México	x	0,1	48	1,37	16
Peru	0,1	23,8***	33	2,06	18
Uruguai	2,5	5,3	20	3,00	9
Venezuela	X	13***	23	2,56	7

* Este quadro difere um pouco dos que abordam a mesma questão nos capítulos seguintes, pois nele não foram incluídos os governos eleitos. Como a definição desse tipo de governo para aquela época é sumamente complicada, em razão da volatilidade das eleições, essa coluna foi substituída por outra informação, isto é, a duração média dos governos.

** Porcentagem de votantes em relação ao total da população (e não dos eleitores inscritos nem das pessoas que podiam sê-lo). O cálculo da abstenção aparece somente no quadro do cap. 6.

Para o período até 1852, o governo de Buenos Aires foi considerado para o cálculo nacional.

x: porcentagem de participação abaixo de 0,1%.

*** indica que naquele ano a eleição presidencial foi direta.

Fonte: Para eleições, *Statistical Abstract on Latin America*, vol. 25, 1987. Quanto aos governos, diversas histórias nacionais e páginas de internet.

Para o conjunto da América Latina, a participação média entre 1850 e 1900 foi de apenas 2,3%²¹. Isto decorria não só das restrições à inscrição de votantes como do fato de, na maioria das vezes, as eleições serem realizadas num sistema indireto, no qual os votantes elegiam eleitores que por sua vez decidiam quem era eleito. Este sistema desencorajava a participação eleitoral, o que talvez explique em parte que ela haja permanecido baixa no Chile, o país politicamente mais estável da região, tendo até diminuído no final do período. Todavia, nas ocasiões em que a eleição era direta (coisa que nunca aconteceu no Chile nesse período), o número de votantes aumentava, como se observa claramente no caso do Peru no segundo intervalo (1858), quando a porcentagem de participação foi altíssima, maior que a de muitas eleições no século XX. Pouco tempo depois, porém, com o restabelecimento do sistema indireto, a participação caiu bruscamente. De qualquer maneira, a participação eleitoral nem sempre era sinônimo de um processo democrático, que as intervenções do governo e a fraude generalizada tornavam impossível. Luis Orrego Luco deixou uma descrição dos costumes no Chile do último terço do século XIX:

Naqueles tempos as eleições eram pitorescas. Usava-se o sistema de qualificações, segundo as quais se entregava um certificado individual a cada cidadão inscrito nos registros eleitorais, depois de ter provado a capacidade de ler e escrever exigida pela lei eleitoral. Naturalmente, só os amigos eram inscritos, enquanto os que se opunham ao governo enfrentavam todo tipo de obstáculo. Os conservadores eram donos de "mesas bruxas", nas quais inscreviam até os animais da fazenda mediante o voto cumulativo, isto é, o direito de atribuir todos os votos da lista a uma única pessoa, e assim obtinham uma multidão de deputados. Nas votações houve até urnas instaladas em carruagens que fugiam quando os opositores se

21. Na mesma época, nos Estados Unidos, o índice foi de 16%, que, mesmo sendo bem mais alto do que o da América Latina, revela que a grande maioria da população desse país também estava excluída das decisões. Os Estados Unidos foram o único país a ter sufrágio universal desde cedo, pois esse direito foi adotado pelos diversos estados entre 1830 e 1840, mas até 1870 era somente para os brancos. A França adotou o voto universal após a revolução de 1848. Por certo, só os homens desfrutavam desse direito. No resto dos países vigorava o sufrágio censitário. No caso da Inglaterra, não existiu sufrágio universal ao longo de todo o século XIX. A reforma de 1885 ampliou bastante o sistema, ao reduzir a renda mínima exigida para votar, mas excluía os indigentes, os filhos que viviam com seus pais e os empregados domésticos, o que representava cerca de 20% do total dos eleitores em potencial.

aproximavam. Os prefeitos e governadores tinham muito bem guardadas em cofres de ferro as qualificações que com frequência caíam em suas mãos, depois de serem retiradas de seus titulares quando estes eram presos por embriaguez. O sufrágio era uma simples figura de retórica ou paródia inofensiva de regime democrático²².

No México, o sistema utilizado para a fraude era outro, que consistia em pressionar o eleitor no momento em que ia votar. Isto era possível porque o sistema de votação não era secreto e cada eleitor declarava seu voto em reuniões coletivas, perante todos os presentes. Este procedimento favorecia sem dúvida as pessoas mais poderosas de cada lugar.

Por consequência, no que tange a todo o século XIX, podemos falar com propriedade de uma vida política oligárquica, onde o poder estava concentrado num pequeno número de pessoas, geralmente unidas por laços familiares. Não surpreende que nas listas de presidentes da república, ministros, parlamentares e altos dignitários da Igreja, bem como de generais e altos oficiais do exército, certos sobrenomes apareçam em sucessivas gerações. Isto tinha relação com o poder econômico: quase sempre, essas famílias eram donas de grandes propriedades agrícolas ou pecuárias ou de importantes firmas comerciais. Ademais, eram frequentes os casamentos entre membros dessas famílias. Não faltam exemplos: no Chile, o sucessor do Presidente José Joaquín Prieto – que governou entre 1831 e 1841 – foi seu sobrinho, o General Manuel Bulnes. Depois houve três presidentes da República da Família Errázuriz: Federico Errázuriz Zañartu (de 1871 a 1876), seu filho Federico Errázuriz Echaurren (de 1896 a 1901) e o primo deste, Germán Riesco Errázuriz (1901-1906). Dessa mesma família saíram vários senadores, deputados, um bispo e empresários. O uso sistemático de um sistema eleitoral alicerçado na participação da minoria permitia que alguns políticos conseguissem ser eleitos estando ausentes do país, como ocorreu com Domingo Faustino Sarmiento, eleito presidente da Argentina em 1868, quando ainda não tinha regressado de uma viagem aos Estados Unidos.

Nem sempre houve controle total por parte da oligarquia. Um fator que contribuiu para complicar a vida política foi que em várias ocasiões o poder esteve

22. ORREGO LUCO, L. *Memorias del tiempo viejo*. Santiago: Universidad de Chile, p. 114-115 [Obra póstuma; o autor faleceu em 1948].

nas mãos de pessoas que não pertenciam ao grupo conservador nem ao liberal e que podiam ser de origem social muito diferente daquela das famílias oligárquicas. Eram os caudilhos, que ensejaram um estilo de vida política que caracterizou muitos países latino-americanos até mesmo no século XX. Seus traços principais eram o uso habitual da força e da violência para chegar ao poder ou para se manter nele, o culto à personalidade do chefe e a criação de grupos de apoio que mantinham laços de fidelidade pessoal com o líder.

O surgimento dos *caudilhos* foi uma das consequências diretas das guerras de independência. O contexto de violência que prevalecera desde 1810 na maioria dos países tinha facilitado a ascensão de chefes militares inevitavelmente transformados em políticos. Por exemplo, Francisco de Paula Santander, que lutara pela independência da Colômbia ao lado de Bolívar, veio a ser o primeiro presidente desse país após a dissolução da Grande Colômbia; o mesmo ocorreu com José Antonio Páez, primeiro Presidente da Venezuela, e com muitos mais.

Os caudilhos podiam ser pessoas de diversas origens sociais. Alguns vinham de famílias abastadas, como Rosas, de Buenos Aires, que fizera fortuna na pecuária antes de iniciar-se na política; outros tinham recebido educação superior, como Francia, no Paraguai, que se doutorara em Teologia pela Universidade de Córdoba antes da Independência. Outros eram de baixa extração social, além de pertencerem geralmente a uma etnia de cor. Para eles, o acesso ao poder era promoção não só política como social. Por exemplo, o caudilho guatemalteco Rafael Carrera, que ficou no governo de seu país de 1838 a 1865: mestiço, mistura de espanhol, negro e índio, ele era analfabeto quando chegou ao poder pela primeira vez. O venezuelano Páez trabalhara como peão numa fazenda antes de tomar parte na guerra de independência e tornar-se célebre. Com raras exceções, todos esses homens tiveram em comum o anseio de riqueza pessoal e a prática de um estilo baseado no culto à personalidade. Santa Anna, o caudilho mexicano que tomou o poder sete vezes, é um bom exemplo dessas duas características: no seu apogeu, possuía mais de um milhão de hectares de terras e 40.000 cabeças de gado. Durante um de seus governos, mandou construir uma urna para exibir a perna que perdera numa batalha, ordenando que seus fiéis lhe prestassem homenagem.

Foram raras as ocasiões em que os caudilhos atacaram frontalmente a oligarquia. Um caso excepcional foi o do paraguaio José Gaspar Rodríguez de Francia, que tomou as terras da maioria das famílias ricas do país, bem como as da Igreja, para vendê-las depois a camponeses pobres e por preço simbólico. Em quase toda

parte o controle social, econômico e político continuou nas mãos de pequenos grupos, oligarquias que às vezes se viam forçadas a dividir o poder com um caudilho. O outro traço dominante da vida política, evidenciado no quadro 5, é a instabilidade que grassou em quase todos os estados. Grande número de chefes de governo teve breve permanência no poder, já que as revoluções e os golpes de estado eram frequentes. No México, até meados do século XIX, apenas dois presidentes chegaram ao fim de seus mandatos e dois chefes de Estado morreram fuzilados, Iturbide em 1824 (quando quis voltar do exílio) e Vicente Guerrero, em 1831. Não foi melhor a sorte do hondurenho Francisco Morazán em 1842, quando tentou manter em pé a Federação Centro-americana. Na Costa Rica, o ex-presidente José Rafael Mora foi fuzilado ao tentar recuperar o poder, em 1860, e os golpes de estado foram coisa comum até a década de 1880. Também frequentes foram os assassinatos, como os de Pedro Blanco, Mariano Melgarejo e Agustín Morales, chefes de Estado bolivianos mortos de maneira violenta, o primeiro estando ainda no poder e os outros dois, logo depois de terem sido depostos. Antes deles, outros tinham sido vítimas de atentados, como Bolívar, que escapou por um triz em Bogotá, em 1827. O presidente ditador paraguaio Francisco Solano López morreu no campo de batalha, no último combate da guerra em que enfrentou seus vizinhos, entre 1865 e 1870. Mesmo no Chile, país onde a instabilidade política foi bem menor que nos demais, Diego Portales, chefe dos conservadores, foi assassinado por um motim militar em 1837. Outros líderes morreram no exílio, como o chileno O'Higgins, falecido em Lima sem jamais ter voltado ao seu país, ou como Rosas, que, depois de ser derrotado em 1852, terminou sua vida em Londres.

Além dos golpes e das rebeliões para derrocar governos, temos de somar as guerras civis, que nem sempre resultaram na queda de quem estava no poder. Isto deve ser considerado também na análise do quadro, porque se um país como o Chile apresenta uma situação muito mais estável que outros, não é menos verdade que essa nação passou por três guerras civis. Algo parecido aconteceu no Brasil, onde não houve governos depostos nas duas primeiras décadas de vida independente, mas sim frequentes rebeliões de províncias, muitas vezes cruentas.

As razões da instabilidade eram diversas e com frequência simultâneas. Ao personalismo antes mencionado é preciso acrescentar as aspirações autonômicas das regiões. Tanto os fatores internacionais – como as agressões dos Estados Unidos, de potências europeias ou de países vizinhos – quanto os econômicos tiveram grande importância. Em vários países, o conflito entre adversários e defensores da

Igreja Católica foi fonte de confrontos sangrentos. O fator social não foi o mais importante, uma vez que, em geral, os conflitos não eram expressão de luta de classes, mas choques entre grupos de um mesmo setor social, facções da elite branca e mestiça. As diferenças étnicas alimentavam a instabilidade, pois os indígenas podiam desencadear rebeliões por própria iniciativa ou aliar-se a um ou outro bando nas guerras civis, para obterem vantagens imediatas. Acima de tudo, faltava sentimento de unidade nacional e maior fortaleza institucional.

3 *Análise de casos nacionais*

Não é tarefa fácil reconhecer tendências claras ao estudar a vida política latino-americana nas décadas posteriores à independência. O escasso desenvolvimento dos partidos e a frequente preponderância das ações individuais dos líderes, muitas vezes impulsionados por ambições pessoais, complicam a análise enormemente. Contudo, é possível tentar uma abordagem baseada na principal divergência da época, o confronto entre conservadores e liberais. De uma maneira ou de outra, a maioria dos caudilhos e políticos acabou por cair numa dessas duas tendências. Os defensores do liberalismo foram prevalecendo gradativamente. Em alguns países, a luta se deu contra a influência da Igreja Católica, o que coincidiu com frequência, mas nem sempre, com a busca de um sistema federal. Em outros, o principal problema foi como incorporar a população indígena ao novo credo político.

a A luta contra a Igreja e pelo federalismo: México, Colômbia, Venezuela

Nestes três países – sobretudo no primeiro – a luta contra a influência dos conservadores e da Igreja Católica adquiriu matizes violentos e provocou mudanças importantes. No México, após um período caótico marcado pelas intervenções golpistas de Santa Anna, uma tendência liberal foi predominando, sob a direção de Benito Juárez²³. Os liberais fizeram aprovar a Constituição de 1857 e outras

23. Juárez (1806-1872) é uma figura sem equivalente na história política mexicana e latino-americana, pois era de origem indígena, da etnia zapoteca, além de órfão. Depois de aprender a falar espanhol com treze anos de idade, foi adotado e protegido por uma família da cidade de Oaxaca. Estudou Direito, o que lhe deu a possibilidade de iniciar uma carreira política. Apesar de sua origem étnica, sendo presidente, Juárez reprimiu as rebeliões indígenas em diversas regiões do país.

leis que restringiam drasticamente a influência do clero, no processo conhecido como Reforma. Entre suas principais normas, a Constituição abolia o foro ou imunidade de que desfrutavam os membros do clero (e os militares) perante a justiça; dali em diante, os membros da Igreja e do exército seriam julgados por suas instituições somente em casos de jurisdição interna, mas teriam de enfrentar a justiça civil se cometessem algum delito. Ainda mais importante foi a cláusula que declarava ilegal a propriedade corporativa da terra, obrigando a Igreja a desfazer-se de suas propriedades. O propósito dessa cláusula era favorecer a propriedade individual, com o surgimento de novos proprietários que arrematariam as terras oferecidas em leilão, o que era visto como um mecanismo de progresso. Portanto, podemos considerar que a reforma liberal incluía um projeto de desenvolvimento capitalista.

Os liberais confirmaram, ainda que com modificações, o sistema federal já adotado em 1824, que determinara que o país se compusesse de 19 estados soberanos, conferindo importantes atribuições a cada um deles. Em 1857 isto mudou em favor do governo central, que recebeu mais poderes. Voltou a ser adotado o sufrágio universal masculino, que existira entre 1824 e 1836, período no qual todos os homens maiores de idade puderam votar, inclusive os índios, o que não acontecia em nenhum outro país da América nem do mundo. Essa medida excepcional tinha sido anulada pelos conservadores, cada vez mais apavorados com a ideia de que as massas pudessem votar e influir diretamente no poder. Todavia, o restabelecimento do sufrágio universal foi um avanço mais formal do que real, pois a eleição dos parlamentares para o Congresso federal era indireta e a participação eleitoral foi escassa.

As reformas liberais provocaram uma violenta reação dos adversários conservadores. A Igreja anunciou que seriam excomungados todos os que jurassem fidelidade à nova Constituição, isto é, todos os funcionários públicos e os parlamentares. Em dezembro de 1857, estourou uma rebelião liderada pelos militares conservadores, obrigando o governo liberal a fugir da Cidade do México. O país esteve em guerra civil durante três anos, com dois presidentes, o conservador Miramón e o liberal Juárez. No início de 1861, a luta parecia encerrada com a vitória liberal, mas no ano seguinte o México se viu novamente em guerra devido à intervenção armada da França (mencionada na seção sobre relações internacionais) que, a pretexto de cobrar dívidas pendentes, impôs o governo do príncipe austríaco Maximiliano em 1864. A guerra civil prosseguiu, uma vez que os franceses re-

ceberam apoio dos conservadores mexicanos, para os quais Maximiliano era um defensor contra os liberais. No entanto, o monarca confirmou as leis reformistas, perdendo parte do apoio dos conservadores. Napoleão III retirou suas tropas do México em 1866, temendo uma guerra com a Prússia. Isto facilitou a vitória do exército de Juárez, que acabou por derrotar as forças mexicanas que apoiavam Maximiliano. O imperador e seus aliados foram fuzilados em junho de 1867. Terminou assim a tumultuada época da reforma liberal mexicana.

Na Colômbia e na Venezuela, os fatos se desenrolaram de forma menos dramática, mas também provocaram mudanças importantes. Em ambos os países, entre 1850 e 1860, após um período de guerra civil vencida pelos liberais, novas constituições foram postas em vigor. A da Colômbia, de 1853, incluía o sufrágio universal masculino (durante um brevíssimo período este direito foi concedido também às mulheres, mas foi logo anulado) e o sistema federal de governo, como fez depois a Constituição de 1864 na Venezuela. Nos dois casos foram atribuídos amplos poderes aos estados que, na Colômbia, podiam até ter suas próprias forças armadas e seu próprio sistema de correios e selos postais. No aspecto social, em ambos os países a escravidão foi abolida e houve fortes investidas contra a Igreja Católica. Na Venezuela, com a instituição do matrimônio civil e a perda da maior parte dos bens imóveis da Igreja; na Colômbia, com a abolição do dízimo e a nova expulsão dos jesuítas²⁴. Instituiu-se também o matrimônio civil e até o divórcio, mas este último teve vida efêmera. Em 1861, o processo foi ainda mais longe, com a supressão de todos os conventos e mosteiros e a desapropriação de todas as terras pertencentes à Igreja, que foram postas à venda pública.

Na Venezuela, grande parte da era liberal transcorreu sob o domínio de um governo que virou ditadura (entre 1870 e 1881), o de Antonio Guzmán Blanco. Embora tenha feito consideráveis investimentos em educação e obras públicas, esse governo inaugurou uma tradição de experiências autoritárias que dominaria a história política do país nos anos seguintes. Nesse sentido, a experiência venezuelana prenunciava o que aconteceria no México de Porfirio Díaz, um militar que apoiara Juárez e que, eleito presidente em 1876, descambou gradualmente para uma ditadura.

24. Os jesuítas haviam sido expulsos de toda a América Latina, bem como da Espanha e de Portugal, em meados do século XVIII, sendo readmitidos depois da independência.

b Argentina: o conflito entre a capital e as províncias

Na Argentina, como a Igreja não possuía grandes riquezas, os conflitos decorrentes da questão religiosa não tiveram grande importância; as ordens religiosas, por exemplo, não foram atacadas. Por outro lado, o conflito principal nesse país não foi exatamente um confronto entre liberais e conservadores, mas entre federalistas e unitários. A relação entre as províncias e a capital foi sumamente conflituosa. Desde 1827 até 1852, existiu uma “Confederação do Rio da Prata”, que era uma aliança muito frágil entre as diversas províncias, cada uma soberana, com seu próprio exército e sistema monetário, que outorgava a Buenos Aires o poder de agir em seu nome em questões de política exterior. Juan Manuel de Rosas, o caudilho-governador de Buenos Aires (de 1829 a 1833 e depois de 1835 até 1852), apesar da influência que exercia no resto da região, nunca teve o título de chefe de Estado de todos os territórios do país – era o “governador de Buenos Aires”. Só depois da sua queda, em 1852, e com muitas dificuldades, conseguiu-se criar uma verdadeira união federal, cujas bases começaram a ser estabelecidas com a Constituição de 1853. Mas Buenos Aires não aceitou facilmente a obrigação de dividir com o resto do país as receitas que auferia controlando o porto, o que ocasionou mais duas breves guerras civis, em 1859 e 1861.

Alcançada a paz, a Argentina elegeu seus primeiros presidentes, primeiro Bartolomé Mitre e depois Domingo Faustino Sarmiento. O país iniciou uma era de estabilidade política, adotando uma política de desenvolvimento inspirada na experiência dos Estados Unidos, com medidas em favor da imigração, da educação pública e da construção de ferrovias. Com a vitória obtida na guerra contra o Paraguai (1865-1870) em aliança com o Brasil e o Uruguai, o poder central saiu reforçado, esmagando também as *montoneras*, grupos armados das províncias do interior.

c Guatemala, Equador, Bolívia e Peru: o liberalismo frente aos indígenas

Embora o primeiro desses países esteja separado dos outros três pela geografia, todos eles tinham em comum o fato de suas populações serem predominantemente indígenas. No caso da Bolívia, os indígenas eram quase 80% do total em 1825. Os liberais tinham de enfrentar o problema de converter essa população, organizada com base na propriedade coletiva da terra, às ideias baseadas na proprie-

dade individual e na aceitação do trabalho assalariado. A ação da Igreja Católica manifestou-se de maneira diferente em cada país.

Na Bolívia, a Igreja perdera a maior parte de suas terras depois da fundação da República e deixara de ser um problema crucial. Foi a questão indígena o que dominou a política do país. A contribuição indígena tinha sido abolida por Core, mas voltou a ser aplicada antes de 1830 e respondeu por uma porcentagem importante das receitas do governo até 1882, ano de sua abolição definitiva. Em 1835, por exemplo, os índios pagaram 695.000 pesos bolivianos, soma equivalente a 45% do orçamento da nação; em 1870 foram 688.000 pesos, 24,7% do total. O imposto desapareceu no final do século, já que os índios foram perdendo o controle de suas terras e não tinham como pagar.

Este último processo foi obra dos diversos governos, que tentavam transformar os índios em proprietários individuais, pondo em leilão as terras comunitárias que não tinham títulos perfeitos. Isto aconteceu especialmente no governo de Mariano Melgarejo, de 1864 a 1871. Essas medidas ocasionaram várias rebeliões armadas lançadas pelos índios no resto do século. A desordem política que caracteriza a história boliviana – sobretudo nesse período – foi empecilho a uma orientação clara das forças políticas, na maioria dos casos dominadas por caudilhos, quase todos militares. Os onze primeiros chefes de Estado foram generais ou coronéis. As duas guerras perdidas contra o Chile (1837 e 1879) contribuíram para essa confusa situação, agravada pelo minguado desenvolvimento econômico do país, a falta de transportes adequados e a perda do litoral marítimo.

O Peru apresentou traços semelhantes, mas com certas diferenças. Como na Bolívia, o problema da Igreja não foi de grande importância – ela sofreu apenas a perda do dízimo e do foro especial. Mas o tributo indígena era uma questão relevante. O país tinha uma situação econômica mais confortável que a da Bolívia, graças às exportações de guano em meados do século. Assim, o governo do General Ramón Castilla suprimiu o tributo e aboliu a escravidão negra, depois de compensar os proprietários de escravos com os benefícios das exportações. Também como na Bolívia, os partidos políticos demoraram a adquirir vida própria. Só em 1871 surgiu um agrupamento bem organizado, o partido “civilista”, cujo nome já exprime o desejo de seus fundadores de tirar do poder os caudilhos militares, que até então tinham predominado no cenário político do país.

Uma variante nessa tendência foi o Equador. Nesse país, de forte componente populacional indígena, a questão do tributo foi resolvida, como no Peru, na década

de 1850, simultaneamente com a abolição da escravidão. Mas a questão da Igreja continuou sendo muito importante. A tendência liberal, que tornara possíveis tais avanços sociais, havia resultado também na expulsão dos jesuítas. Todavia, entre 1860 e 1875, o conservadorismo voltou a prevalecer no país com a ditadura de Gabriel García Moreno, que permitiu a volta dos jesuítas, trouxe sacerdotes franceses para dirigir a educação e impôs na Constituição de 1869 uma cláusula pela qual era indispensável ser católico para ter direitos cívicos. Isto foi justificado por García Moreno com a alegação de que era preciso criar um sentimento de união no conjunto da população, dizendo que a unidade de crença era “o único vínculo que nos resta num país tão dividido pelos interesses e paixões de partidos, localidades e raças”. Depois do assassinio do ditador, em 1875, o Equador retornou lentamente à senda liberal.

Na Guatemala houve conquistas liberais no começo, graças à ação de Mariano Gálvez, que expulsou o arcebispo e aboliu as ordens religiosas entre 1829 e 1830. Posteriormente, porém, o poder ficou nas mãos do caudilho conservador Rafael Carrera, que governou entre 1840 e 1865. Carrera restituiu à Igreja os privilégios perdidos, entre os quais o monopólio da educação, e o arcebispo pôde regressar do exílio. Apesar de ser uma ditadura, esse governo contou com o apoio entusiástico dos indígenas, beneficiados por Carrera ao garantir suas propriedades comunitárias e recusar-se a restabelecer o tributo. Só depois da morte do ditador, o liberalismo ressurgiu, com o triunfo de Justo Rufino Barrios, que governou entre 1871 e 1885, atacando a Igreja e implantando reformas de cunho capitalista. Isto fez com que tomasse medidas que afetaram diretamente os indígenas, como o mandamento e as leis contra a vadiagem, para forçar os índios a trabalharem nas plantações de café.

d América Central: o liberalismo tardio

Em razão da influência dos acontecimentos da Guatemala, que era o principal país da região, o liberalismo não se impôs rapidamente em Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica. Nesses países predominaram governos apoiados pelo regime conservador de Rafael Carrera. Além disto, os resultados da aventura de William Walker na Nicarágua (ver o início deste capítulo) também contribuíram para gerar uma corrente oposta aos liberais, uma vez que estes tinham apoiado a sua intervenção. Na Nicarágua, os conservadores permaneceram no poder até 1893. Nos outros países, só por volta de 1870 os políticos de ideias li-

berais começaram a vencer. Na Costa Rica, que passou a desfrutar de melhor situação econômica com suas exportações de café, desde cedo houve leis favoráveis à liberdade de imprensa. Apesar de ter governado como ditador entre 1870 e 1882, Tomás Guardia favoreceu uma evolução visando à futura liberalização da vida política e social, abolindo a pena de morte, dando vigoroso impulso à educação pública e lançando um ambicioso programa de construção de ferrovias com empréstimos do exterior.

e Brasil: o liberalismo em face da escravidão negra

Em vários aspectos, o Brasil foi um caso excepcional. Foi o único país da América Latina que continuou a ter um regime monárquico e, em que pese a sua enorme extensão, conseguiu manter a sua unidade territorial. Vista em conjunto, a sua experiência foi conservadora, pois foi o último estado a abolir a escravidão na América Latina. É notável que os partidários da escravidão tenham conseguido resistir até as pressões militares da Inglaterra, cuja marinha de guerra invadiu águas territoriais brasileiras para impedir o tráfico de escravos, coisa que o Brasil se comprometera a fazer, mas na prática não fazia. Ademais, a lei punia os escravos rebeldes com a pena de morte. Depois de muita discussão, em 1871, foi aprovada a Lei Rio Branco, que concedia a liberdade aos filhos de escravos, mas tinha escasso efeito prático, uma vez que as crianças seguiam vivendo com seus pais, que não tinham sido libertos; portanto, elas continuavam sob o domínio de seus patrões.

No plano político, no Brasil também predominaram as ideias conservadoras, o que impediu a criação de um sistema federal. O país era uma monarquia parlamentarista com um regime de governo baseado na centralização de poderes. Os deputados eram eleitos pelo voto censitário e os membros do Senado eram nomeados pelo imperador com caráter vitalício. O imperador tinha o "poder moderador", faculdade que lhe permitia dissolver o parlamento em qualquer momento e convocar novas eleições. Isto provocou várias rebeliões de províncias que reivindicavam a criação de uma monarquia federal, em especial de 1830 a 1850. Entre as mais importantes, a Cabanagem, movimento desencadeado no Pará em 1831, e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, entre 1836 e 1844. Ambas foram cruentas, sobretudo a primeira, que deixou cerca de 30.000 vítimas e teve claro sentido social, pois foi a luta dos pobres do campo contra os grandes proprietários de fazendas; no caso da segunda, apesar do nome popular dos combatentes, os *farrapos*, tratava-se na verdade de um protesto dos notáveis locais contra a capi-

tal. Contudo, nas fileiras rebeldes houve negros escravos que foram acolhidos como livres, e a rebelião contou com a participação de estrangeiros com ideias liberais, como o italiano Giuseppe Garibaldi.

Entretanto, o Brasil também apresentou alguns traços liberais. O mais importante foi a sua tolerância religiosa, pois já a Constituição de 1824 estabelecia que todas as crenças podiam praticar livremente seu culto, inclusive o judaísmo. O liberalismo teve amplas oportunidades de expressão política, pois vários de seus líderes exerceram o governo, como Feijó e Alves Branco. Desde 1830 houve também jornais que difundiam as ideias liberais.

A despeito das rebeliões já mencionadas, o país manteve seu regime monárquico. Primeiro imperador, Pedro I renunciou ao trono em 1830, diante das críticas que lhe endereçavam por ser nascido em Portugal e pelo tratamento preferencial que dava aos portugueses. Isto gerou uma crise que foi superada após o período de regência decorrido durante a menoridade do segundo monarca, Pedro II, que assumiu o trono com quinze anos de idade, em 1841, ficando no poder até o fim do império, em 1889. O regime de monarquia parlamentarista funcionou de maneira estável, com liberais e conservadores alternando-se no governo. Todavia, no fim do período, o sistema começou a entrar em crise com o crescente acirramento dos debates sobre a escravidão. À crítica do ponto de vista humanitário e econômico somou-se a dos militares. A guerra contra o Paraguai evidenciou a falta de soldados para o exército, uma vez que os escravos não podiam ser recrutados. Tudo culminaria com o fim da escravidão e a substituição do império por uma república.

f Chile: a adoção gradual do liberalismo num contexto de estabilidade política

O Chile apresenta uma experiência com características próprias. Seu traço mais saliente é a relativa estabilidade da sua vida política, que o diferencia da imensa maioria dos outros países, ainda que não implique ausência de conflitos internos. A tendência liberal demorou a prevalecer. Os conservadores ficaram no poder desde 1830, quando o alcançaram depois de uma guerra civil, até 1871. Isto também teve como consequência a adoção de um sistema de governo muito centralizado, refletindo o domínio da capital sobre o resto do país, com o qual a elite conservadora do Vale Central conseguiu se impor às províncias do Norte e do Sul.

Com isso, as tendências favoráveis ao federalismo foram reprimidas. O poder conservador exprimi-se na Constituição de 1833, que manteve o catolicismo como única religião que podia ser praticada abertamente e concentrou o poder nas mãos do presidente da república, cujo mandato de cinco anos podia ser prolongado mediante a reeleição imediata. Valendo-se desse recurso, os quatro presidentes conservadores governaram dez anos cada um, de 1831 a 1871.

O liberais não fraquejaram no esforço para mudar essa situação. Em 1851 e 1859, tentaram tomar o poder pelas armas em duas guerras civis contra o governo do Presidente Manuel Montt. Na primeira tentativa, tiveram o apoio de grupos de artesãos, que haviam sido a base social da "Sociedade da Igualdade". Esta instituição, que teve curta vida, defendia medidas em favor da educação popular e da democratização das eleições; seus membros chamavam-se de "cidadãos", o que revela a influência francesa. Alguns deles combinavam as ideias liberais com as de certo socialismo, entre as quais a distribuição de terras, como se vê nos escritos de Santiago Arcos. Apesar de as duas rebeliões liberais terem acabado derrotadas, seus líderes conseguiram influenciar o debate político num sentido reformista. De mais a mais, em meados da década de 1869, surgiu um terceiro partido político que haveria de ter uma longa história: o Partido Radical, que apoiou também a tendência renovadora. Com o apoio de parte dos conservadores a essas ideias, algumas mudanças importantes tornaram-se possíveis. Em 1852, foi abolido o morgado, instituição que permitia entregar a propriedade agrária herdada a uma só pessoa, de modo a assegurar a sua indivisibilidade. Em 1825, veio a instauração da liberdade de culto; em 1871 foi proibida a reeleição de presidentes, que dali em diante governaram por apenas cinco anos e, em 1874, foi instituído o voto universal, mas excluindo os analfabetos do gozo desse direito. Entretanto, a Igreja Católica continuou com o monopólio sobre os cemitérios e o matrimônio até os anos 1880, além de permanecer unida ao Estado até 1925.

A experiência chilena, na qual todos os presidentes terminaram normalmente seus mandatos e caracterizada pelo desenvolvimento de partidos políticos relativamente bem definidos, não tem similar na América Latina nesse período. Para isto certamente contribuíram tanto a favorável situação econômica, com as exportações de cobre e farinha, quanto a concentração da elite na região do vale central e os bons resultados da política exterior, refletidos nos dois conflitos contra o Peru e a Bolívia.

g Os casos especiais: Uruguai, Paraguai, Haiti e República Dominicana

Cada um destes casos é uma experiência *sui generis*. No Uruguai, o conflito principal não envolveu a questão da Igreja nem a dos indígenas (que tinham sido quase exterminados). Em princípio, isto deveria ter facilitado o predomínio do liberalismo, mas a vida política uruguaia foi afetada pela ação de seus poderosos vizinhos, a Argentina e o Brasil, que intervieram constantemente dando seu apoio às duas facções que disputavam o poder, os brancos e os colorados. Estes últimos eram os mais próximos a uma ideologia liberal, que poderia ter evoluído com maior clareza sem as constantes guerras civis e a participação forçada do pequeno país nas lutas pelo poder na região. A intensa imigração europeia que desde cedo começou a chegar a Montevideú, bem como as exportações de lã, couro e carne salgada, que cresceram a partir de 1860, foram fatores que também orientaram o Uruguai para um conjunto de contatos com o exterior, favoráveis ao liberalismo.

Experiência oposta foi a do Paraguai, vizinho e rival do Uruguai. O país esteve primeiro sob a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia, que foi eleito Ditador Supremo em 1814 e passou a ser Ditador-perpétuo dois anos depois, exercendo o poder sem admitir oposição alguma até sua morte, em 1840. Posteriormente, o país foi governado pelos dois López, pai e filho, que também exerceram um poder ditatorial, embora mais moderado. Além disso, eles permitiram alguma abertura do país para o contato com o exterior e impulsionaram uma notável política em prol da indústria metalúrgica, promovendo a vinda de dezenas de engenheiros e técnicos europeus. Em geral, o Paraguai teve escassos vínculos com o resto do mundo e poucas oportunidades de desenvolver práticas cívicas democráticas. O fato de as principais atividades econômicas terem sido assumidas pelo Estado constitui uma experiência sem semelhante na América Latina. O desastre acarretado pela Guerra de 1865-1870 pôs fim à excepcionalidade da situação do país, que viu encerrada a sua experiência de industrialização e ficaria condenado a sofrer a influência dos militares nos anos vindouros.

No Haiti e na República Dominicana, a vida política foi determinada em grande parte pelos acontecimentos internacionais. No primeiro desses países, o isolamento diplomático e comercial que lhe foi imposto em represália por ter criado uma nação governada por negros causou grave prejuízo à economia. Houve também diversas ameaças de desembarque das marinhas de guerra dos Estados Unidos e da Alema-

nha, a pretexto de protegerem os cidadãos desses países residentes no Haiti. Somado aos contínuos ataques contra seus vizinhos dominicanos, isto teve como resultado uma vida política instável, sem orientação ideológica precisa, na qual os militares desempenhavam um papel crucial, além de causarem enormes gastos públicos. Em 1840, o exército haitiano contava com 33 coronéis, 95 tenentes-coronéis, 825 capitães, 645 tenentes, para um efetivo total de 28.150 homens.

Na República Dominicana, a independência foi alcançada depois da luta contra o domínio haitiano, em 1844. Apesar das ideias liberais de Juan Pablo Duarte, iniciador do movimento de emancipação, os conservadores prevaleceram no novo país. Ambos os bandos se enfrentaram em torno da questão do anexionismo, defendido pelos conservadores. Pedro Santana, líder desta tendência, negociou a volta de seu país ao domínio da Espanha, situação que vigorou entre 1861 e 1865. Justificada pela necessidade de defender o país contra as ameaças de invasão do Haiti, essa anexação foi de curta duração e não trouxe de volta a escravidão, que já fora abolida. Em que pese o fracasso da experiência, os conservadores conseguiram manter o poder na maior parte do tempo, e os liberais só passaram a exercer o governo em 1879.

h O mundo colonial: retrocessos nas colônias inglesas, progressos limitados nas da Holanda e da França

A vida política não estava ausente dos territórios que continuavam sob o domínio de países europeus. Os episódios mais conhecidos são as tentativas de independência em Cuba, já relatadas, mas também houve fatos dignos de interesse nas colônias inglesas, francesas e holandesas.

Nos territórios britânicos existia, desde o princípio da colonização, um sistema pelo qual o governador, nomeado pelo rei, compartilhava a administração com uma assembleia de proprietários eleita por sufrágio censitário. Contudo, esses órgãos eram grupos muito minoritários. Na Jamaica de meados do século XIX, a assembleia tinha 49 membros, todos brancos e escolhidos por 1.457 eleitores, porcentagem ínfima do total da população, que era de 400.000 pessoas.

Este sistema entrou em crise com a abolição da escravidão, uma vez que a Coroa se viu na obrigação de conceder o direito de voto à população de cor, agora livre. Como nem os proprietários nem o governo desejavam essa participação, o sistema de governo passou a ser o de *Crown colony*, com autoridades nomeadas diretamente pela Coroa. O poder era exercido por um governador, assessorado

desta vez por um Conselho Legislativo cujos membros eram nomeados pelo rei. Com a abolição do sistema eleitoral, as assembleias se autodissolveram. O novo sistema foi implantado na Jamaica em 1865. O estatuto de *Crown Colony* foi aplicado em Trinidad desde 1810, nas ilhas Virgens em 1854, em Belize em 1870, em 1876 em St. Vincent, Tobago e Granada. Depois foi a vez de St. Kitts e Nevis, em 1898, sendo a Guiana o caso mais tardio, pois só adotou o sistema em 1927. A ilha de Barbados foi a única onde o sistema de assembleia legislativa perdurou sem mudanças. O século XIX foi de retrocesso nas liberdades políticas no mundo colonial britânico, realidade contrastante com a iniciativa de abolir a escravidão.

Nas colônias holandesas houve alguns progressos políticos. Até meados do século, o Suriname e as Antilhas Holandesas estavam sob a autoridade de um Governador Geral nomeado pela metrópole. Em 1865, foi criada na Guiana uma Assembleia colonial de treze membros, nove dos quais eleitos dentro de certos limites. Quanto às colônias francesas, desde 1848 elas tiveram o direito de eleger deputados para a Assembleia Nacional francesa, mediante eleições das quais todos podiam participar, inclusive as pessoas de cor.

2.5 O desenvolvimento cultural

1 A cultura das elites – O pensamento

No período imediatamente posterior à independência, a cultura foi dominada por uma pergunta-chave: como orientar a consciência nacional quando o sentimento patriótico ainda engatinha? A questão era da maior importância porque a construção da nação era problemática, em razão das diferenças étnicas e sociais que existiam na população. Por consequência, o sentimento nacional, que bem podia ter existido já na época colonial, estava longe de uma definição precisa nos anos da Independência.

Foi isto o que, em linhas gerais, levou os intelectuais e políticos dos novos países a se esforçarem para construir uma nova nação. Nesse sentido, um dos instrumentos básicos foi o desenvolvimento das universidades. Em 1821, foi criada a Universidade de Buenos Aires, que ficou no papel por muito tempo por falta de verbas. No Chile, a antiga Universidade de São Felipe, fundada na época colonial e de trajetória pouco importante, foi substituída em 1842 pela Universidade do Chile, obra do Estado. Na Colômbia, o presidente Mosquera fundou o Colégio Militar como escola de engenharia, fazendo possível a elaboração do primeiro Atlas do

país poucos anos depois. No entanto, este processo não se desenvolveu da mesma maneira em todos os países. No México, onde a Universidade existia desde o século XVI, as turbulências políticas fizeram com que a instituição tivesse existência precária no século XIX, sendo fechada e reaberta várias vezes. No Brasil, não houve universidades até o século XX, mas isto não significa que não houvesse instituições de ensino superior, que de fato existiram em diversas áreas, como a medicina.

Outro elemento da nova cultura foi o surgimento de jornais que, no período colonial, tinham existido apenas de maneira excepcional. A maioria deles teve origem na iniciativa privada, mas muitos subsistiam com subsídios estatais (importantes numa sociedade na qual pouquíssimas pessoas sabiam ler) e também houve uma considerável quantidade de periódicos pertencentes aos governos. Muitos tiveram vida breve, mas alguns seguiram existindo e são hoje os clássicos da imprensa: *El Mercurio*, fundado em Valparaíso em 1828, é o jornal mais antigo do continente em língua espanhola. Em Buenos Aires apareceram *La Prensa* e *La Nación*, em 1869 e 1870, enquanto no Brasil surgia *O Estado de S. Paulo* em 1875. O papel desempenhado por esses jornais no desenvolvimento de um sentimento nacional está expresso da forma mais clara num editorial de *El Cóndor* da Bolívia, em 1827: "...se nossos vizinhos pretendem fazer com que percamos o lugar que quisemos e pudemos dar-nos entre as nações, saibam que forçariam o mais solene e mais espontâneo dos nossos votos... Queremos ser uma nação... bolivianos e mais nada... não queremos ser argentinos, ainda menos queremos ser peruanos"²⁵.

A produção cultural dos núcleos dirigentes esteve sob forte influência das ideias liberais nascidas na Europa e nos Estados Unidos. Nem poderia ter sido diferente, pois os líderes dos novos países queriam modernizar as sociedades, deixando para trás a cultura herdada dos tempos coloniais. Nesse contexto, também não havia espaço para a defesa da cultura autóctone²⁶.

25. Apud UNZUETA, F. "Periódicos y formación nacional: Bolivia en sus primeros años". *Latin American Research Review*, vol. 35, 2000, p. 40.

26. Sigo aqui a análise proposta pelo ensaísta chileno Eduardo Devés Valdés, que vê a alternância de tendências "modernizadoras" e "identitárias" no desenvolvimento das ideias na América Latina. Enquanto as primeiras baseavam-se sobretudo nos modelos europeus e norte-americanos, privilegiando o uso da tecnologia e a eficiência produtiva, as segundas reivindicam a defesa do autóctone, da justiça, valorizando em especial o desenvolvimento cultural. Cf. a obra *Del Ariel de Rodó a la Cepal* (1900-1950). Buenos Aires: Biblos, 2000 [primeiro volume de uma trilogia sobre o pensamento latino-americano no século XX].

São exemplos da primeira destas tendências as obras dos argentinos Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, que foram difundidas em nível continental. Os dois compartilharam a experiência da oposição a Rosas e do exílio no Chile, onde escreveram boa parte de suas obras, nas quais expuseram um modelo de desenvolvimento baseado na imigração europeia, na educação e no capital externo. No México, o principal expoente do liberalismo foi José María Luis Mora que, mesmo tendo sido ordenado sacerdote, escreveu defendendo a subordinação do clero ao Estado.

A despeito da importância do pensamento liberal, as ideias conservadoras tiveram também representantes influentes, entre os quais o mexicano Lucas Alamán – também um dos primeiros historiadores do país – e o peruano Bartolomé Herrera foram dos mais conspícuos. O primeiro escreveu em favor das ideias monárquicas, enquanto o segundo defendeu a obra da Espanha na América. Um dos intelectuais mais conhecidos da sua época, o venezuelano Andrés Bello, exerceu especial influência no Chile, país onde passou a maior parte da sua vida. De tendência bastante conservadora, como se percebe observando a orientação que imprimiu ao Código Civil Chileno de 1857, Bello soube manobrar com habilidade entre liberais e conservadores, deixando uma vasta obra de educador, no campo da filosofia, do direito e da literatura. Aproveitando a experiência dos vários anos vividos na Inglaterra, ele soube aplicar a ciência do Velho Continente a serviço de uma educação nacional²⁷ na qual o Estado desempenhava um papel relevante. Assim, Bello deitava os alicerces de uma tradição que continuaria presente por muito tempo no Chile.

No extremo oposto também houve autores que representaram a primeira geração do pensamento que defendia a identidade latino-americana. Cabe mencionar aqui a dois ensaístas e políticos chilenos, Francisco Bilbao e Santiago Arcos, que, em meados do século XIX, escreveram obras inspiradas num liberalismo radical (embora desprovido do elemento indígena) que se entrelaça com o futuro pensamento da esquerda latino-americana. Bilbao preocupou-se também com a situação internacional da região, ressaltando o contraste entre seu desenvolvimento e o dos Estados Unidos. Arcos propunha que se fizesse uma reforma agrária como

27. Durante algum tempo, Bello defendeu o projeto de adaptar a ortografia do espanhol à fonética do idioma falado na América Hispana, ideia compartilhada pelo filólogo colombiano Rufino José Cuervo, mas nunca concretizada.

meio de chegar a uma sociedade mais igualitária. Antes deles, o argentino Esteban Echeverría tentara difundir as ideias dos socialistas utópicos em Buenos Aires, antes de se confrontar com a ditadura de Rosas.

Outros intelectuais que devem ser mencionados foram o equatoriano Juan Montalvo, cujos escritos combateram a ditadura de García Moreno no seu país natal, e Eugenio María de Hostos, que nasceu em Porto Rico, mas residiu em diversos países e realizou uma grande obra pela educação na República Dominicana, onde viveu por vários anos, além de defender a formação de uma confederação entre esse país, Cuba e Porto Rico.

A história, disciplina que começou a ser desenvolvida em meados do século XIX, teve papel importante na formação do sentimento nacional. Nela sobressaíram o argentino Bartolomé Mitre (que também foi presidente de seu país), o chileno Benjamín Vicuña Mackenna, o brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen e o mexicano Lucas Alamán, acima mencionado.

Em nível mais anedótico, que tem mais de literatura que de pesquisa histórica, devemos mencionar o notável escritor peruano Ricardo Palma, cuja obra começou a aparecer no fim da época aqui descrita e prosseguiu até 1915. Sob o título de *Tradições peruanas*, o livro narra a história desse país, especialmente da época colonial, evocando a vida cotidiana com humor e senso crítico cujo alvo principal é a Igreja Católica, constituindo-se numa das obras fundadoras da cultura nacional peruana.

2 Arte e literatura

Os diversos gêneros artísticos ou literários refletiram a tendência a dar preferência à influência francesa ou inglesa, com o propósito de renovar uma situação que muitos consideravam limitada. Com efeito, os intelectuais – especialmente os de orientação liberal – culpavam a Espanha e Portugal pelo atraso em que viviam seus países.

Logo, muitos artistas europeus vieram para a América Latina, quer por iniciativa própria, quer contratados pelos governos. Entre eles distinguiram-se o pintor alemão Johann Rugendas, que percorreu vários países entre 1820 e 1850, em especial Brasil, Chile e Argentina, e o francês Jean-Baptiste Debret, que esteve no Brasil entre 1834 e 1839. Ambos retrataram personagens, paisagens e cenas da vida cotidiana. Entre os pintores latino-americanos, um dos mais conhecidos foi o

uruguaio Juan Manuel Blanes, autor de muitos quadros nos quais expôs acontecimentos históricos dos novos países, tanto o seu como a Argentina, o Paraguai e o Chile. Outro pintor renomado foi o mexicano José María Velasco, que foi também um dos primeiros fotógrafos de seu país.

Na música, além da visita de diversas companhias europeias, a influência do Velho Continente se refletiu nos criadores latino-americanos. No México foi apresentada em 1858 a primeira ópera escrita por um mexicano: *Catalina de Guisa*, de Cenobio Paniagua. A ópera fazia sucesso em lugares como Buenos Aires, onde mais de vinte espetáculos foram apresentados por ano entre 1825 e 1850. Nessa cidade também foram abertos doze teatros líricos na época, inclusive o Teatro Colón, o mais famoso do país.

No romance, a influência de autores românticos como Walter Scott evidenciou-se no trabalho do escritor argentino mais conhecido da primeira metade do século XIX, José Mármol. Sua obra principal, *Amalia* (1844), ficou famosa por sua denúncia da ditadura de Rosas. Nascia assim um tema literário abordado com frequência nos romances da América Latina: os governos autoritários. A história e a busca da identidade nacional aparecem nos romances *O Guarani* e *Iracema*, do brasileiro José de Alencar, que neles se manifesta em favor dos índios, e no relato *El mendigo* do chileno José Victorino Lastarria, caracterizado pelo forte antiespanholismo. O romantismo também é notável no conhecido romance cubano de Cirilo Villaverde, *Cecilia Valdés o la Loma del Ángel* (1839), em que o autor denunciava os males da escravidão. O colombiano Jorge Isaacs publicou o mais conhecido romance hispano-americano, *Maria* (1867), influenciado pelo romantismo francês. O brasileiro Machado de Assis começou sob a influência dessa escola, evidente nos volumes de contos que publicou nos anos 1870, evoluindo na década seguinte para uma criação baseada na introspecção e na psicologia que chegaria ao ápice em *Dom Casmurro* (1900), seu romance mais famoso. No Chile, destacou-se a obra de Alberto Blest Gana, autor de *Durante la reconquista* e *Martín Rivas*.

3 A cultura popular

O que acabamos de detalhar, sendo obra das elites e baseado muitas vezes nas influências externas, constituía um processo destinado a criar uma cultura nacional a ser difundida no conjunto da população. Todavia, essa difusão esteve longe de ser maciça na época, pois seguia existindo uma cultura popular própria, com frequência de raízes indígenas e africanas. Ela se expressava principalmente na

música e na dança, em manifestações vindas dos tempos coloniais ou que tinham raízes pré-colombianas e haviam sobrevivido à aculturação imposta pela conquista e ação da Igreja Católica. As danças populares na sua forma mais ocidentalizada, com acompanhamento de instrumentos musicais de origem europeia como o violão e a harpa, tiveram por palco as *chinganas* (tavernas), nas quais o público bebia e dançava. Houve também outros elementos da cultura popular espanhola e portuguesa, como a poesia e os mitos trazidos para o Novo Mundo pelos conquistadores e difundidos na população mestiça, entre os quais o sebastianismo, muito comum no Brasil²⁸. De surgimento mais recente são as *murgas*, grupos de música popular cujas canções contêm elementos de crítica social, costume trazido para o Rio da Prata pela imigração espanhola no final dessa época.

Surgiram também escritores que espelharam as tradições populares em sua obra, como o argentino José Hernández em seu poema gauchesco *Martín Fierro* (1872), no qual defende e resgata a cultura do pampa, denunciando indiretamente a europeização da cultura. No Chile, foi famoso o poeta popular Bernardino Guajardo, autor de mais de 200.000 versos, cujas canções eram conhecidas no país inteiro. Ele referia-se com frequência aos problemas da classe trabalhadora, salientando os contrastes com a vida dos abastados, como num poema sobre a crise de 1873:

Que tempo tão desgraçado / o povo anda confundido / não há
o que ganhar na vida / tudo está paralisado / O pobre é quem
padece / nada sofre o rico avaro / todo negócio está caro / di-
nheiro não se merece²⁹.

Outra importante manifestação da cultura popular foi a expressão religiosa das classes pobres do campo que, em muitos casos, desenvolveram uma prática muito diferente daquela das elites urbanas, criando movimentos milenaristas. Nesses, os pregadores ofereciam a salvação aos crentes que defendessem certos valores tradicionais contra as ideias que o governo ou os estrangeiros queriam impor. Em Tandil (província de Buenos Aires), em 1871, um líder conhecido como "Tata Dios" disse que para conseguir a salvação era preciso matar estrangeiros.

28. Trata-se da lenda sobre o Rei Sebastião, que morreu lutando contra os árabes em 1578, com 24 anos de idade, no Norte da África. Segundo a crença popular, o jovem monarca não tinha morrido e seu regresso era esperado. Na cultura colonial brasileira, eram muitos os relatos e crenças provenientes da cultura medieval portuguesa e que perduraram depois da Independência.

29. Apud SALINAS, M. *En el cielo están trillando*. Santiago: Universidad de Santiago, 2000, p. 50.

SÍNTESE

Entre 1825 e a década de 1880 os estados latino-americanos foram adquirindo forma, ainda que muito trabalhosamente. As agressões externas e as guerras entre os países remanejaram as fronteiras. Os sistemas políticos definiram-se lentamente e ainda estavam longe de ser democráticos. O traço mais significativo foi a paulatina adoção da orientação liberal por parte da elite, o que diminuiu a influência da Igreja, mas não trouxe como resultado a ampla participação da população na formação dos governos. Na esfera internacional, os novos estados entraram em contato direto com as grandes potências, sem que isto tenha gerado conflitos graves, com a importante exceção do México. Na economia, esta orientação refletiu-se na abertura cada vez mais acentuada para o comércio de exportação e a entrada de capitais estrangeiros e de imigrantes, ainda que isto não chegasse a constituir um traço dominante. No âmbito interno, a agricultura e a pecuária continuaram a ser as atividades fundamentais. Todos esses fatores contribuíram para criar um capitalismo muito desigual, no qual coexistiam centros de produção baseados no salário com núcleos nos quais a força de trabalho atuava sob coerção. Socialmente, a época trouxe alguns avanços para os negros, que em toda parte saíram da condição de escravos. Entretanto, os indígenas foram desfavorecidos, tanto pelas leis liberais que destruíam sua propriedade comunitária quanto pela conquista militar dos territórios que eles ainda possuíam. As sociedades continuaram profundamente divididas em termos étnicos, materiais e culturais e isto foi um obstáculo enorme à formação das nacionalidades e à institucionalização, alimentando uma cultura política permeada por tensões étnicas e sociais. A "sociedade de conquista" perpetuou-se depois da independência, deixando sua marca na evolução dos novos países.